

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

THOMAS C. QUADROS LIMA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**NARRATIVAS E CRUZOS SOBRE JUVENTUDES E
SOCIOEDUCAÇÃO**

ORIENTADORA: CAROLINA DOS REIS

PORTO ALEGRE

2024

THOMAS C. QUADROS LIMA

NARRATIVAS E CRUZOS SOBRE JUVENTUDES E SOCIOEDUCAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina dos Reis

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Thomas Cleber Quadros
Narrativas e Cruzos sobre Juventudes e
Socioeducação / Thomas Cleber Quadros Lima. -- 2024.
95 f.
Orientadora: Carolina dos Reis.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço
Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Socioeducação. 2. Juventudes. 3. Narrativa
Ficcional. I. Reis, Carolina dos, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina dos Reis (Presidente – Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Oriana Holsbach Hadler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO – O Fim no Começo..... | 4 |
| PARTE I..... | 6 |
| HISTÓRIAS NOS APROXIMAM | 6 |
| Inverno | 10 |
| NAVEGANDO PELO TEMA | 11 |
| Primavera..... | 18 |
| CAMINHANDO PELA HISTÓRIA..... | 18 |
| Verão | 31 |
| PARTE II..... | 33 |
| VIAJANDO PELOS CONCEITOS | 34 |
| Primeira Parada: França | 35 |
| Yure | 38 |
| Uma Conexão na Itália..... | 39 |
| Anton | 41 |
| Próxima Parada: Camarões | 42 |
| Raimundo..... | 44 |
| Na Volta, Uma Passagem Pelo México | 45 |
| Richardson..... | 47 |
| De Volta Ao Brasil..... | 48 |
| Ava..... | 57 |
| Kevin..... | 59 |
| Outono | 64 |
| PARTE III..... | 65 |
| E A PSICOLOGIA, O QUE TEM A VER? | 66 |
| Inverno | 66 |
| Primavera..... | 75 |
| PROPOSTAS, PISTAS E PITACOS | 77 |
| Verão | 80 |
| CONCLUSÕES PARCIAIS | 82 |
| Outono | 83 |
| Inverno | 88 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 90 |

APRESENTAÇÃO – O Fim no Começo

Eu imagino que a parte da apresentação seja a última coisa que as pessoas geralmente escrevem por ser mais difícil, talvez, apresentar algo que está inacabado. Escrevemos uma obra literária, uma pesquisa, etc. e somente no final partimos para sua apresentação ou convidamos alguém para apresentar, após ler todo o nosso trabalho. Assim, podemos pensar que a maioria dos textos que são apresentados começam pelo fim. Gosto de pensar nessa lógica porque me remete à uma ideia de *loop* temporal em que se as obras terminariam sendo apresentadas e recomeçariam infinitamente, tornando os textos e as histórias eternas. E a cada nova leitura retornaremos de alguma forma para este exato momento em que escrevo estas linhas para você que me lê, criando e recriando essa intersecção entre histórias, sempre que cada parte for lida e relida.

Você vai notar que se trata de um tema pesado que tento abordar de uma maneira sutil pela narrativa, porém, sem perder o teor manifesto de denúncia. Vamos falar de vidas jovens que são perdidas diariamente, que sofrem todo o tipo de violência e têm seus direitos violados, mas que a ficção buscará envolver um olhar de leveza. É também um tema com muitos atravessamentos, em que um assunto puxa outro e mais outro, sendo necessário manter o foco sem se perder em debates paralelos. Por conta disso é que, além de uma pesquisa científica, quero também apresentar uma leitura que seja agradável, que você sinta-se olhando por uma paisagem na janela enquanto viaja por conceitos, pelas histórias e pelo tema pesquisado. Espero poder me apropriar do encanto que a narrativa proporciona para poder dissertar de maneira mais instigante sobre como atuam as formas de governar as populações jovens envolvidas em atos infracionais.

A jornada do mestrado foi encantadora e árdua ao mesmo tempo, o caminho foi longo até aqui, porém agradável. Foi um processo de autoconhecimento e de evolução profissional, aprendi imensamente em cada orientação, cada aula e em cada encontro do grupo de pesquisa. Conheci pessoas extraordinárias nesse período e tive trocas incríveis que me fizeram sentir vivo e em movimento. Ver a escrita desta pesquisa concluída é como chegar no final de uma bela e íngreme trilha, vislumbrando com orgulho o horizonte do alto de uma montanha.

A organização mais inclusiva é o tráfico de drogas.

*Menores pré-requisitos do mundo para suas vagas.
Não importa sexo, cor, idade, ou até insanidade.*

*Tem homem, mulher, deficiente, bipolar,
Lésbica, preto, trans, gay e branco.
Esteja doente, seja magro, alto ou baixo.
Jovem, esquizofrênico, rico, disléxico,
Pobre, viciado, idoso ou analfabeto.*

*Quem na escola não se adaptou,
Pelo Conselho Tutelar não passou,
Quem o CAPS não vinculou,
E o hospício não internou.*

*Quem a família não ficou,
E no albergue não dormiu.
Quem do abrigo se evadiu,
Da comunidade terapêutica fugiu,
E com quem a rua foi hostil,
O tráfico de drogas que acolheu.*

*O Estado só recolhe
Quando já é caso de polícia.
E olhe lá, veja e anote...
Se não antes virar notícia.*

*O tráfico de armas, esse não...
É rico, conservador, cristão,
Branco, hétero e machão.
Mora em condomínio com políticos,
Onde helicópteros não fazem invasão.
Lá não tem ação da polícia matando civis,
Só amigo de presidente com 117 fuzis.*

*A arma mata mais que o baseado,
Mas qual desses querem ver legalizado?*

Thomas Lima

PARTE I

HISTÓRIAS NOS APROXIMAM

Quase cinco meses atrás qualifiquei o projeto desta dissertação e desde então entrei numa espécie de bloqueio criativo. No momento que escrevo estas linhas é dezembro de 2023 e decidi que, mais do que qualquer outra coisa, essa dissertação será sobre contar histórias. Para além das coisas necessárias (e chatas) na pesquisa como o tema, problema, método e objetivos (dos quais falarei mais adiante) meu intuito aqui é focar na narrativa. Optei por esse caminho porque coincidentemente nesse semestre muitas coisas me levaram a refletir sobre compartilhar histórias.

Recentemente fiz parte de uma antologia poética que me fez recordar como comecei a escrever. Lembro que no segundo ano do Ensino Médio meu melhor amigo na época estudava em outra turma e em um turno diferente. Como não havia tempo suficiente para conversarmos, passamos a escrever no papel situações que ocorriam no dia, pensamentos e sentimentos. No final do dia trocávamos esses papéis, conversávamos sobre o que havíamos escrito no dia anterior e, após isso, queimávamos ou rasgávamos o que havíamos escrito, numa espécie de ritual, para que ninguém mais soubesse sobre o que estávamos pensando e compartilhando ali.

Eu já gostava de ler nessa época da escola, mas nunca havia pensado em escrever e desse exercício diário de escrita é que surgiram meus primeiros poemas, depois um blog na internet e até algumas crônicas. Fiz parte também de alguns coletivos literários e já na faculdade surgiram alguns artigos, muitos não publicados e por causa disso surge também o desejo de me tornar pesquisador. Após concluir a graduação, houve um ano que tentei mestrado em Antropologia Social, no qual não passei, mas lembro de ter ficado fascinado com a ênfase que os antropólogos dão para a arte de narrar.

Alguns anos depois, li alguma coisa da bell hooks e lembro de me impressionar com a maneira como ela escrevia, de uma forma tão fluida como se estivesse na mesma sala conversando comigo. Recentemente, eu li para uma disciplina o livro “Ensinando Pensamento Crítico: Sabedoria Prática” que em cada capítulo ela apresenta alguma espécie de ensinamento. Nesta obra o ensinamento 09 e 10 tratam respectivamente de contar e compartilhar histórias. hooks (2020) conta que hesitou

durante anos em compartilhar histórias pessoais pois, para o pensamento dominador do ensino superior, contar uma história pessoal não era científica o suficiente. Ela percebeu posteriormente que, contando uma história para ilustrar pontos importantes, suas ideias seriam recebidas com mais abertura. Segundo a autora, as histórias nos aproximam, criam conexões, ajudam a pensar criticamente e a nos tornar uma comunidade de aprendizagem. Permitem uma intimidade à escrita em que podemos escolher não somente como percebemos a realidade, mas também como criamos a realidade. Para minha surpresa, ela também conta que pedia aos seus alunos para que escrevessem uma espécie de diário e que liam em voz alta em sala de aula, visando criar uma aproximação em turmas mais diversas, num exercício literário muito parecido com o que meu amigo e eu criamos na escola. Por isso, “histórias encantam e seduzem devido a sua mágica multidimensionalidade” (HOOKS, 2020, p. 90).

Uns anos atrás, também fiz uma rápida oficina de escrita criativa que reforçou a ideia de que qualquer história bem contada pode se tornar uma boa história e o quanto é importante treinar a escrita, que basicamente é o que tentarei fazer neste trabalho. Ainda sobre as coincidências de compartilhar histórias, ganhei de aniversário esse ano a autobiografia de Dave Grohl (músico que admiro muito e que praticamente moldou minha adolescência), chamado justamente “O Contador de Histórias”. Nele, o próprio Grohl (2022) conta que a obra possui esse nome por ele se autointitular um colecionador de momentos. O músico é conhecido por ter produzido alguns documentários e curtas sobre música e pelas entrevistas recheadas de histórias curiosas e engraçadas.

Por tudo que acabei de contar, creio que não deveria apenas apresentar uma revisão bibliográfica para identificar *como atuam as formas de governar as populações jovens envolvidas em atos infracionais*. Decidi também contar a minha história, a história desta pesquisa e principalmente a história destes jovens que são o ponto central da socioeducação, através da ferramenta da narrativa ficcional. Cabe dizer que fui relutante no início por parecer algo muito egocêntrico falar de si, mas entendi posteriormente que não se trata de falar sobre mim. Toda a pesquisa nos implica, portanto, trata-se de me incluir neste processo, atuando como um narrador que precisa guiar você que me lê para que essa dissertação não fique confusa e faça algum sentido. Como há muitas formas de contar uma mesma história, percebo que

não é fácil construir uma linha narrativa concisa, sem me perder na própria história. Será um desafio tornar esta leitura instigante para você e equilibrar com o rigor científico necessário, sem perder o foco no nosso tema de pesquisa, mas estou disposto ao papel de narrador malabarista.

Assim, gostaria de explicar nesse momento sobre a organização deste trabalho. Inicialmente, fiz uma revisão bibliográfica e também utilizei um diário de campo para a produção de dados e informações. Nesse diário, descrevi algumas situações e também reflexões da minha prática na socioeducação que poderiam ser aproveitadas nesta pesquisa. Conforme Kroef, Gavillon e Ramm (2020), os diários de campo como ferramenta de pesquisa possibilitam uma maior implicação do(a) pesquisador(a) com o campo estudado, permitindo não apenas o registro, mas uma imersão.

E, nesta minha imersão, optei por não citar os serviços onde se passam essas histórias e também por não descrever fatos e situações como originalmente elas ocorreram, por questões institucionais e éticas, ou seja, meu intuito foi buscar superar certos obstáculos excessivamente burocráticos de aprovação e obtenção de permissões (muitas vezes obrigatórios apenas por ter citado uma instituição ou um projeto qualquer). Além disso, se eu citasse uma história tal qual ocorreu em meu diário de campo, mesmo sem identificar os atores envolvidos, ainda assim poderia ocorrer de alguém reconhecer um colega ou um usuário da rede assistencial da região que citei ou por já conhecer a história de vida ou até mesmo pelo modo de se expressar.

Portanto, não citar locais nas cenas e descrever pessoas e situações diferentemente de como ocorreram, me parece uma espécie de dupla camada de proteção ética para esta pesquisa, considerando ainda que muitos dos dados produzidos advém da minha prática profissional diária. E, para que isso fosse possível, utilizei como ferramentas conceituais a **narrativa ficcional** e a definição de **heterotopia**, permitindo que o campo de pesquisa se sobreponha ao espaço concreto, ou seja, ao espaço físico e geográfico. Logo abaixo, vou explicar melhor esses conceitos, mas gosto da analogia de *decalque* utilizada por Costa et. al. (2022) para falar da ficcionalidade:

Para fazer essa analogia, pensemos que o meu diário de campo seja a narrativa não ficcional, ainda que não seja considerada a verdade – já que é carregada com o meu olhar, com a minha perspectiva –, o diário é uma representação do real onde descrevo a situação tal qual percebo. Já a narrativa ficcional, nesse caso, é como se eu colocasse um decalque, uma folha fina e transparente sobre o meu diário de campo e começasse a enfeitar essa história, modificando e alterando conforme a minha criatividade permitisse, para depois transferir a história factual para uma outra superfície, no caso, o campo da ficção. “Como uma escolha estilística que cria, em oposição a um plano já composto com relações limitadas, outro plano que está sempre engendrando novos sentidos” (COSTA et. al., 2022, p. 10).

Proponho, dessa forma, utilizar a narrativa ficcional como o decalque do meu diário de campo para mover a narrativa à uma outra superfície que permita, através da ficção, modificá-la esteticamente de maneira livre, “no perspectivismo e na polissemia dos encontros” (COSTA et. al., 2022, p. 3). A narrativa ficcional, neste sentido, evita seguirmos por uma rota pré-determinada, permitindo inúmeros desenhos e possibilidades de ação para além de uma mera crítica pela crítica, assumindo uma ética na escrita diferente daquela objetivada pelo mero academicismo:

A ficção opera aqui como contra-narrativa voltada para tensionar nossas políticas do narrar hegemônicas: não se trata de uma linguagem representacional que coordena e ajuíza (in)existências, verdades e falsidades, mas sim uma prática de experimentação constante dos nossos limites do dizer, fazer, pensar, sentir, etc. na busca de transgredir e reinventá-los. (COSTA, 2020, p. 201).

Além disso, a narrativa ficcional se vincula diretamente com a ideia de um território heterotópico que citei anteriormente. Este é um conceito foucaultiano em que o território assume não apenas um caráter geográfico, mas também filosófico que permite “justapor vários espaços que, normalmente, são incompatíveis” (FOUCAULT, 2013). Portanto, como não estou me baseando em um espaço físico como campo de pesquisa, podemos dizer que o nosso campo se desdobrará no território heterotópico das políticas públicas em socioeducação pois, ainda segundo Foucault (2004), cada heterotopia tem um funcionamento determinado no interior da sociedade e, assim, a mesma heterotopia pode ter um funcionamento ou outro, segundo o contexto cultural no qual ela se encontra.

A narrativa ficcional, para Costa et. al. (2022), também pode ser pensada, dessa maneira, como um novo espaço heterotópico, tornando possível “uma ética de pesquisadoras/es e escritoras/es que buscam produzir também a partir da lógica da resistência mediante a abertura à experimentação no presente.” (COSTA et. al., 2022, p. 09). E, para essa experimentação, escolhi escrever minicontos pensando em histórias dinâmicas e curtas que sintetizem ou ilustrem essa discussão e proponham uma reflexão sobre o governo das populações jovens envolvidas em atos infracionais. Encaro, também, mais esse desafio de tentar condensar em poucas linhas um conto que passe algum tipo de emoção ou sentimento, histórias que aproximem você que lê com as personagens dessas narrativas que serão ficcionais, mas baseadas em fatos e pessoas reais.

Inverno

Tarde de inverno, chuva fina e um vento cortante. Duas mulheres dividem uma pequena sombrinha. Uma senhora muito magra e outra adolescente, ambas carregando sacolas e sem nenhum casaco para se protegerem do frio. Apenas finas camisas de mangas compridas, uma usando saia e a mais nova uma calça *legging*.

Caminham por uma subida em que no final há uma construção que poderia lembrar uma igreja por estar no alto de uma pequena colina e contar com uma larga escadaria na entrada. Porém, ao erguermos os olhos para o prédio além da escadaria ele nada se parece com um templo e sim com uma prisão.

Uma imensa construção antiga em puro concreto surge por trás das árvores, tomada pelo mofo e sujeira, com janelas quebradas, quase como se estivesse abandonada. Mas não está. Ou está?

Junto à entrada essas duas mulheres se juntam a outras encolhidas em um banco, protegidas fragilmente da chuva e do vento cortante pela marquise da construção, elas bebem café para esquentar, algumas delas munidas de suas garrafas térmicas dividem umas com as outras o líquido quente e com o segurança parado na porta.

Ele veste um colete à prova de balas por baixo da jaqueta aberta, usa também um boné e coturnos. conversa amigavelmente com algumas. Já as conhece, pois todas as quartas-feiras elas estão ali para as visitas.

A adolescente está apreensiva, pela primeira vez seus pais a deixaram ir com sua sogra visitar o namorado, porém, ela não sabe se poderá vê-lo já que é menor de idade. Ambas passam pela revista íntima com uma agente socioeducativa para entrar na unidade, pois o moderno aparelho de *scanner* comprado para evitar a revista vexatória está estragado faz quase um ano.

Após conversa com a equipe técnica é permitida a visita da adolescente, mas acompanhada da sogra e de alguém da equipe. Elas entram em uma sala escura, pela janela gradeada entra uma luz tímida. Sentam-se em cadeiras escolares que estão tão sujas quanto a mesa, único móvel da sala que faz companhia para os quatro assentos organizados propositalmente em círculo. O chão é de *parquet* velho, que está soltando.

Nervosismo toma conta da menina que estala os dedos e, assim que o namorado entra na sala após abrirem as algemas, ela corre e o abraça. Os dois dão um beijo e sentam lado a lado de mãos dadas a reunião inteira.

No final, juras de amor e a promessa de se encontrarem logo. Lágrimas silenciosas escorrem como rio pelo rosto da menina, interrompidas pelas mangas da camisa. Margem essa tão inútil para impedir o fluxo desse rio de choro quanto a sombrinha que usavam para impedir que se molhassem quando chegaram.

Hora de voltar para a casa após uma hora e meia de visita. Pergunto quantas horas de viagem e respondem que são oito no total. Quatro horas para ir e mais quatro para voltar. Chegarão em casa já noite, após quatro horas de mangas molhadas da fina camisa e olhos inchados.

NAVEGANDO PELO TEMA

No primeiro semestre de 2022, fiz a disciplina de metodologia I e uma das atividades era endereçar uma carta para alguém, falando da minha pesquisa e articulando com os temas da disciplina. Era a primeira vez que me aprofundava nos debates sobre decolonialidade e que conhecia alguns teóricos fora do eixo de pensamento científico hegemônico. Decidi endereçar a carta aos jovens egressos do

sistema socioeducativo que é o público com que eu trabalho diariamente e chamei de “Carta de Navegação”, inspirado nas cartas náuticas que guiavam os navegadores – pelo menos até o advento do GPS.

Porto Alegre, junho de 2022.

Esta carta é endereçada a você que na pesquisa científica, na linguagem acadêmica, alguns chamam de objeto de pesquisa. Objeto para além da definição de tudo aquilo que habita fora de nós, pois, o dentro e o fora se constituem apenas como a dobra de um mesmo tecido social. Então, de alguma forma, nesse “embolamento” de histórias e vivências, você habita em mim e eu habito em você desde que nossas histórias se cruzaram e, dessa forma, a própria ideia de objeto não faz mais sentido.

É por isso que já de cara, já na saída dessa minha caminhada como pesquisador percebo que não há objeto, já que nós não somos um mero objeto, mas alguém; pessoa viva que respira, que pensa, que sonha, que transforma o mundo em que vive e se modifica através dele. E não apenas algo fora da cabeça de quem pesquisa, não uma pessoa que precisa ser estudada, analisada e testada para trazer alguma relevância científica ao mundo acadêmico e virar hipótese, teoria, publicação...

Assim, no decorrer das conversas com minha orientadora e nas orientações coletivas, percebo que a minha pesquisa investigará toda uma trama social que produz uma juventude infratora e depois ainda promete que irá os recuperar, ressocializar e reinserir na sociedade enquanto, na verdade, multiplica ainda mais seus tentáculos, suas teias ou suas redes sobre vocês como ferramentas de controle para governá-los mais e melhor. E essas tramas ou esses “embolamentos” como alguns de você falam, são extremamente complexos, fazendo parte do nosso dia-a-dia e não envolvendo apenas eu, você, a privação de liberdade, as áreas da Psicologia, Educação, Assistência Social, Socioeducação e as Políticas Públicas etc. Os embolamentos vão muito além e fazem parte dessa grande trama social que envolve toda uma produção de saberes e de discursos sobre vocês, sobre adolescentes que cumpriram uma medida socioeducativa e como os governar.

O que identifico até aqui é que há tramas que produzem previamente caminhos que levam ao ato infracional. Pessoas que sequer lhe conhecem fazem de tudo para dificultar a vida de jovens como você. Não criam ou não mantêm espaços de lazer em funcionamento, fecham escolas, cortam a verba da merenda escolar, não preparam e/ou desestimulam os professores para ensinar, negam matrícula, não ofertam cursos gratuitos, não dão chances de trabalho para quem não tem experiência e sequer lhe oferecem um tratamento de saúde adequado.

Ao sofrer com tantas negligências e abandonos por parte do Estado e por quem na teoria deveria lhe proteger, você passou uma parte da sua vida com sua liberdade restrita, ao invés de aproveitar sua adolescência e juventude, explorando diferentes espaços e experiências. Por um período – que pode ter parecido uma eternidade – provavelmente dormiu mal, bebeu refrigerante quente em copo de plástico, comeu de colher, sofreu com frio ou calor, tomou medicamento contra a ansiedade e a tristeza, não usou as roupas que quis, não escutou as músicas que gostaria, não entrou nas redes sociais. Passou dias longe de sua família e amizades, ficou dividindo um espaço apertado com outras pessoas que também não queriam estar ali. Provavelmente não comemorou seu aniversário em família, não esteve junto das pessoas que amava nas festas e feriados e talvez nem tenha conseguido se despedir de quem você perdeu nesse meio tempo.

E, por mais que você repita isso diversas vezes, você não tem a cara do crime, pois o crime não tem rosto. A problemática não está no seu corpo e sim em um corpo de relações; essa rede, essa trama que se manifesta através de diversas dicotomias como bom e mau, criminoso e vítima, certo e errado, culpado e inocente e que apenas alimentam preconceitos, estigmas e incompreensão. Um exemplo prático dessas incompreensões ou desses estigmas é que quando qualquer outro jovem grita, xinga ou briga com alguém, geralmente justificam que isso é por conta da impulsividade e da imaturidade da adolescência. Mas se você tiver as mesmas atitudes, muitas vezes vão lhe acusar de violento e dizer que isso é porque passou pela FASE e não por apenas ser um adolescente impulsivo e imaturo.

Dentre as questões que me trouxeram para essa pesquisa, estão incluídas todas essas questões tão contraditórias e que vou chamar pelo nome de dicotomias e que questionei durante toda minha vida pessoal, antes mesmo da minha trajetória

profissional iniciar, que questiono até hoje e me levam a refletir sobre meu lugar de psicólogo na socioeducação. Cabe ressaltar que esses questionamentos e inquietações não surgiram apenas quando iniciei meu trabalho na área, eles apenas se intensificaram a partir desse momento. Isso porque, assim como muitos profissionais da socioeducação, eu vim de uma realidade muito parecida com a maioria de vocês.

Cresci em uma vila na região metropolitana de Porto Alegre até o ano de 2007, onde estudei durante todo o Ensino Fundamental e tive contato com colegas, vizinhos, conhecidos, amigos e parentes que se envolveram em atos infracionais, crimes e convivi com todos os problemas que são comuns ao morar em uma vila. Nessa época, as facções estavam entrando nas vilas pequenas das cidades vizinhas da capital (como o lugar em que eu morava) para dominar o tráfico que era controlado até aquele momento por traficantes menores. Isso gerou um aumento da violência que fez meus pais se mudarem comigo e meus irmãos para um bairro próximo saindo, assim, da vila e trocando de casa e escola. Eu tinha 17 anos e essa mudança ampliou meus horizontes, fazendo com que enxergasse algumas diferenças da bolha social que me encontrava.

A maior diferença que notei foi no tratamento em relação às abordagens policiais. O tratamento se tornou menos violento quando eu não dizia mais que morava na vila e também notei a diferença por parte da polícia quando saía com um grupo de amigos brancos e quando saía com amigos negros. No segundo caso, éramos parados mais vezes em abordagens.

E no Ensino Médio, quando alguns colegas brancos e com boas condições financeiras foram recolhidos pela polícia por porte de arma e receberam uma medida em meio aberto, isso me fez lembrar de um colega negro da minha antiga escola na vila que, na 5ª série, andava armado e não teve o mesmo destino. Em um dia qualquer a polícia entrou na vila, colocou ele na viatura e ele desapareceu. O corpo dele foi encontrado dias depois em um valão numa área rural próxima da região.

Pena de morte para um jovem negro e pobre que traficava e foi pego armado; Liberdade Assistida para jovens brancos e de classe média que furtavam em supermercados e que também foram pegos armados. Essa percepção na diferença

de tratamento já pesava mais em mim naquela época do que qualquer juízo de valores entre mocinhos e bandidos, afinal eu tive vários colegas que a sociedade julga como bandidos. Na vila, você sabe o nome, conhece a família, os pais e os irmãos de quem rouba. O traficante é seu vizinho, você encontra na fila do açougue. A maior maldade é vista em quem deveria te proteger, da viatura você é ensinado a manter distância e as crianças da vila quando brincam de polícia e ladrão não querem ser polícia.

Mas, ainda ao me questionar sobre esses paralelos que me fizeram trilhar por um caminho diferente de muitos jovens como eu, noto, (não só por conta da branquitude e de uma condição familiar e financeira que me proporcionou ter o básico para sobreviver como casa, comida, roupas, material escolar, etc.) que existe a necessidade de diferenciação para fugir do estigma de ser morador da vila. Ou seja, ter uma possibilidade de renda que lhe proporcione um reconhecimento diferenciado do menor infrator e do delito é visto como fator de êxito pois, para quem é ou para quem veio da vila essas dicotomias como a do trabalhador e a do bandido são ainda mais fortes, pois precisamos vencer a criminalização da pobreza nos reforçando como trabalhadores para não sermos confundidos com bandidos, para não sofrer com os abusos de autoridade e todo o preconceito social que recai sobre o pobre que é visto sempre como o suspeito.

No meu caso, além de determinados privilégios de gênero e raça, estudar e trabalhar desde cedo me colocou, assim como muitos outros jovens pobres da periferia, em um outro caminho nessa trama pois, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, através de políticas sociais, fui o primeiro da minha família a cursar uma faculdade. Desde a graduação, pude perceber, através do meu estágio em Educação, o quanto uma área tão estratégica carece de investimento e que muitas políticas públicas na educação não conseguem propor soluções aos problemas da sociedade. Também percebi as disputas narrativas e ideológicas que permeiam esse campo, o adoecimento e a desvalorização dos docentes. Vi muitos profissionais com baixos salários e trabalhando por muitas horas em turmas com mais de trinta alunos e também vi muitas teorias e metodologias que poderiam auxiliar os alunos e os profissionais, mas que não são aplicadas na prática, pois não interessam aos seus gestores.

Isso tudo foi determinante para que eu me especializasse em Psicologia Educacional e também em Docência no Ensino Superior. Mas antes da pós-graduação, eu já havia entrado na área da socioeducação. Na entrevista de emprego para a instituição que trabalho atualmente, quando descobri que a vaga era para trabalhar com “egressos de Medidas Socioeducativas de internação”, eu tinha duas opções: falava de minhas qualificações profissionais e as respostas que os entrevistadores queriam, ou poderia contar um pouco da minha história. Creio que escolher a segunda opção tenha sido determinante.

Contudo, pesquisar sobre esse tema não é uma forma de incentivar mais dicotomias. Não tenho a pretensão de me colocar como um espelho, um exemplo a ser seguido e nem tentar ser algum tipo de salvador através da psicologia social ou da educação. Mas a educação foi certamente o que me proporcionou atuar na área que estou hoje, entrar no mestrado e realizar este estudo.

Gratidão pelo caminho traçado até aqui,

Thomas Lima

Aprendi que ficar à deriva é um treino importante para um pesquisador iniciante, mas que um caminho pode ser seguido em algum momento. Ao apresentar a carta para minha orientadora, percebemos que ela era uma ótima apresentação de alguns conceitos que irei falar mais adiante e decidimos incluí-la na dissertação após muitos ajustes, advindos do próprio amadurecimento ao longo do mestrado. Percebi, dessa forma, que o processo da pesquisa parece também um pouco com ir esculpindo e ajustando o projeto como um molde.

Desse molde pronto, iremos lapidar a obra final propriamente dita que, mesmo pronta, sempre precisa finalizar com algum ajuste fino, algum polimento. O que você está lendo agora é a obra final, mas que por conta do tempo sempre precisará de alguma restauração. Essa parte é por sua conta, se em algum momento levar algo dessa pesquisa adiante e ajudar a restaurar parte dessa história.

E ainda sobre restaurar a história, uma das primeiras coisas que comecei a ler quando iniciei essa pesquisa foi sobre o contexto histórico das medidas socioeducativas no Brasil. Percebi que em alguns dos trabalhos acadêmicos que possuíam o foco no processo histórico havia uma perspectiva mais *acrítica*, digamos assim, enquanto outros um viés mais *crítico*. Desses que possuíam um olhar crítico, percebi que alguns seguiam a linha da psicologia social crítica, que aborda os mecanismos de poder e controle envolvidos e outra mais *decolonial*, que se aprofunda nos efeitos do racismo e da colonialidade na socioeducação. Aqui me utilizarei um pouco das duas últimas perspectivas, utilizando-me de autores de dentro e de fora do cânone científico e acadêmico. Conforme ia lendo, eu descobri também que haviam diversos trabalhos que discorriam sobre o tema e, muitos desses, muito bem escritos.

Em algum momento, cheguei a me questionar se deveria aprofundar essa parte ou apenas indicar algumas dessas leituras e avançar no tema, contudo, ao decidir narrar, percebi que teria quer contar essa história com o meu olhar de pesquisador, mesmo que parecesse em algum momento “chover no molhado” da relevância científica. Posteriormente, me dou conta, também, que nesta revisão histórica eu consigo propor uma introdução aos conceitos apresentados mais adiante nesta pesquisa e que há alguns pontos de diferenciação com alguns artigos lidos, como o tema da centralidade que há na socioeducação sobre o trabalho e a relação dessa centralidade com o racismo estrutural, o poder pastoral e o neoliberalismo.

Percebi, ainda nessa parte da pesquisa que, independente do olhar de quem escreveu sobre o contexto histórico das medidas socioeducativas no Brasil, havia uma unanimidade ao definir que historicamente passamos por três paradigmas na socioeducação brasileira, chamadas de doutrinas: a doutrina da **situação irregular**, a da **proteção integral** e a doutrina da **garantia de direitos**. Sobre elas falarei mais adiante no decorrer do texto.

Observei também que, mesmo que nas entrelinhas de alguns trabalhos, é evidente o caráter higienista e racista que produziram as políticas públicas em socioeducação no país, como desdobramento de uma sociedade colonial e escravocrata. Veremos mais adiante que os efeitos perduram até hoje, através de um Estado que promove uma política de morte contra a juventude na América Latina.

Mas antes de chegar até lá vamos caminhar um pouco ainda pelas ruas de pedras irregulares e de chão batido de um Brasil colônia até as ruas do Brasil atual.

Primavera

A atividade proposta na oficina era a de representar em um papel algum sentimento, mas sem escrever. Cada um dos jovens poderia desenhar, dobrar, amassar, rasgar, mas não era permitido escrever.

Um dos jovens começou a manipular com destreza aquela apática folha A4 sem cor, cortando-a com a mão, dobrando e criando na nossa frente uma dobradura que no final ele assopra e a transforma, quase que magicamente, em uma linda rosa branca.

Ainda bastante impressionados com a apresentação que acabamos de presenciar perguntamos sobre a sua escolha: *“por que uma rosa?”*

"Bom, a flor é aquilo que se coloca nas pontas das armas nos protestos, não é? Acho que significa paz. Agora eu quero só paz na minha vida, nada mais de armas..."

CAMINHANDO PELA HISTÓRIA

No Brasil, de 1500 até a independência em 1822, valiam-se por aqui um conjunto de leis portuguesas chamadas de Ordenações Filipinas, em que a inimputabilidade penal valia até os sete anos de idade. Porém, Costa (2021) comenta que nesta legislação predominava o entendimento do direito privado na relação entre senhor/proprietário e escravizado/propriedade. Considerando o caráter violento do escravismo, estas leis não protegiam as crianças e jovens escravizados das mais diversas práticas de violência, constituindo a escravidão e a catequização como um violento projeto da branquitude, de controle colonial sobre os povos explorados:

Quando sobreviventes, [adolescentes e crianças] eram submetidas à toda sorte de violências naturalizadas: abusos sexuais de adolescentes indígenas ou de crianças nas senzalas; maus tratos físicos justificados pela necessidade de educação evangelizadora; adestramento para a docilidade e para o suporte de dores físicas, úteis ao trabalho. (COSTA, 2021, p. 2384).

Mbembe (2018) considera a estrutura do sistema de *plantation* como uma das primeiras manifestações do que séculos mais tarde foram as premissas materiais do extermínio nazista como, por exemplo, a criação de inimigos fictícios utilizadas pelo imperialismo colonial. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 5). Essa é a principal definição de necropolítica para o autor sobre as formas de legitimação da morte, considerando que todo o projeto colonial é baseado no exercício necropolítico da soberania. Para Mbembe (2018), o colonialismo, a escravidão e o racismo estão na gênese da classificação de mecanismos necropolíticos. Irei aprofundar esse conceito mais adiante, porém é importante compreender que nas colônias imperava a soberania do colonizador que possuía o poder de definir quem vivia e quem morria.

Isso, contudo, não mudou após a independência do Brasil em 1822 e a criação do primeiro código criminal brasileiro em 1830. Mesmo que as crianças de até nove anos não fossem consideradas criminosas, ainda prevalecia no Brasil um sistema de exploração escravocrata e uma monarquia colonial. Com a abolição da escravatura em 1888, a proclamação da república em 1889 e a criação do segundo Código Penal em 1890 – em que não eram condenados os menores de 14 anos, se fosse evidenciada a falta de discernimento – as crianças e adolescentes ainda eram julgados pelas mesmas leis do sistema penal adulto.

Somente em 1927, com a criação no país do primeiro Código de Menores, conhecido como o Código de Mello Mattos, é que as crianças e adolescentes tiveram um tratamento diferenciado perante a lei. Esse tratamento que na verdade não tinha nada de diferenciado era, nada mais, nada menos, que uma espécie de herança da escravidão e baseada na corrente filosófica do positivismo. Essa que ficou conhecida como a doutrina da situação irregular ou *menorismo*, buscava reformar e corrigir crianças e adolescentes com o propósito de recuperação moral dos jovens considerados delinquentes. Importante destacar que nesse período diversos modelos capacitistas e higienistas classificados na época como científicos passaram a vigorar no Brasil, fortalecidos por esses discursos de cunho positivista.

O positivismo, por sua vez, é uma corrente filosófica surgida na Europa e que estava em voga no final do século XIX no Brasil, caracterizada pelo cientificismo e pela ideia do trabalho como a principal forma de conquistar o progresso da sociedade.

Essas ideias assumiram uma forte influência na fundação da república brasileira, incluindo até mesmo na bandeira nacional o lema positivista de “ordem e progresso”. Cabe considerar que várias ciências buscaram estudar e compreender a juventude e a adolescência no início do século passado, ampliando e desenvolvendo novos campos de estudo, porém, apesar de todo o investimento das ciências neste novo campo do saber, muitas dessas se basearam em modelos normativos como a própria doutrina do menorismo para lidar com situação irregular de crianças e adolescentes.

Mais adiante irei explicar melhor os conceitos de biopoder e dispositivo segundo Foucault, mas se já compreendermos aqui nesse momento que existem relações de poder e dominação que investem politicamente nos corpos, poderemos compreender melhor que não foi por acaso que foram desenvolvidos diversos dispositivos para atuar na população jovem nesse momento da história. Basta lembrar, por exemplo, que no final do século XIX foi abolida a escravatura no Brasil e na virada para o século XX é justamente quando diversas capitais passam por um processo de higienização racial dos grandes centros, sob a justificativa de modernizar as suas áreas centrais.

Coimbra (2001) evidencia que, no final do século XIX e início do século XX, ocorre um grande avanço urbano com a industrialização e a partir disso as grandes cidades começam a atrair e manter pessoas pobres, mesmo que em condições subumanas por necessidade de mão de obra, criando “territórios de pobreza”. Contudo, a partir do momento em que alguns desses territórios passam a amedrontar as camadas consideradas mais favorecidas e vão se valorizando economicamente, populações passaram a ser empurradas para regiões menos importantes, as periferias. Ou seja, o que ocorre após a abolição é mais uma etapa do genocídio e do epistemicídio¹ da população negra no país, com a destruição de seus espaços de moradia e consequente expulsão de seus territórios, além da perseguição de sua cultura e religião com a proibição da capoeira, do samba e das religiões de matriz africana com destruições das terreiras. Essa era uma forma de perseguir o povo negro

¹ Santos (2021), define o epistemicídio como a prática sistemática de destruição de formas de saber inferiorizadas diante dos valores do colonialismo moderno. Ou seja, o conhecimento branco ocidental não assimila e deslegitima os conhecimentos da população negra, perseguindo seus saberes e cultura frente às epistemologias dominantes. Ver também Grosfoguel (2016), “*A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*”: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078/5454>

do país sem dizer que era por causa da cor. A classificação da situação irregular, portanto, é mais um desdobramento desses processos, como forma de retirar as crianças negras pobres das ruas dos grandes centros.

O racismo, portanto, está diretamente ligado à estrutura social brasileira, como veremos mais adiante. Assim, com o menorismo não seria diferente, ele assume uma lógica dominante, de diferenciação social. Sposato (2013) refere-se ao menorismo como um conjunto de princípios e regras que corresponde ao tratamento dispensado aos menores de idade sob um paradigma paternalista e de natureza discriminatória que empregava um tratamento diferenciado aos adolescentes e crianças de acordo com a situação financeira. Assim, eram os mais pobres que recebiam o tratamento de “menores” e acreditava-se que estes necessitavam de internação nas casas de correção por serem considerados mais propensos à delinquência. É a partir desta época, portanto, que são criadas as primeiras casas de correção públicas ou “escolas de reforma”, já que os adolescentes não podem mais ser recolhidos na prisão comum.

Importante apontar que, apesar desses reformatórios e casas de amparo terem se popularizado no século XX, a partir da criação de leis que se fundamentam na doutrina do menorismo, as estratégias utilizadas eram muito parecidas ainda com as do período colonial, quando a educação no Brasil era realizada através da catequização jesuítica. Ressalta-se que muitas destas casas de internação eram administradas por diversas ordens religiosas no século passado, com princípios e valores ainda guiados pelos dogmas religiosos, como a ideia de redenção através da purificação e salvação da alma. A catequização no Brasil colônia (voltada aos indígenas e aos povos escravizados) mantinha o trabalho e a obediência como os principais meios, além da evangelização, para que os catequizados alcançassem uma certa civilidade aos olhos dos colonizadores e também para que se mantivessem obedientes:

Esse discurso mostra a manutenção de estratégias para chamar a população jovem para o trabalho. Isso se deve o legado da escravidão, pois à questão do trabalho ainda vigorava o peso da servidão. Para ser retirado esse teor, esse estigma de condição servil, era preciso cativar a sociedade e, principalmente, o seu ponto forte – a população jovem para o trabalho, que se torna, assim, o lugar de dignidade e a saída do ócio que vingava nas cidades. (HADLER, 2010. p.44).

Muito disso não ocorreu somente no Brasil, na América Latina como um todo também não foi diferente:

(...) em toda América Latina, entre as décadas de 1910 e 1930, pulularam normas sobre a infância, cujo lastro paradigmático é a Doutrina da Situação Irregular, os Códigos de Menores: a Ley de Patronato Estatal de Menores de 1919, da Argentina, de 1919; o Código de Menores, de 1929, do Brasil, também conhecido como Código Melo Mattos; o Código de La Niñez, de 1934, do Uruguai, são alguns exemplos desta onda normatizadora, inspirada na doutrina tutelar. (MELO NETO, 2019, P. 34)

Na Europa, ocorreram diversos congressos para tratar do tema, a maioria pelo viés do controle tutelar e muitos debatendo teorias eugenistas advindas do racismo biológico para lidar com esse assunto. Cabe aqui fazer um paralelo com o conceito de Racismo de Estado empregado por Foucault, em que o racismo biológico, ou o racismo científico foi reintroduzido pelo Estado como ideologia política. Na segunda parte deste trabalho irei retomar melhor este conceito, mas é importante já termos noção de como alguns discursos autorizavam uma espécie de diferenciação para o controle populacional. Gomes (2020), portanto, afirma que a socioeducação é uma invenção colonial que faz parte de um processo epistemicida, por ser um instrumento de dominação que não se curvou a discussões teóricas aprofundadas.

Para Melo Neto (2019), na visão positivista e higienista que influenciou o Código de Menores e o atendimento às crianças, se constrói em uma perspectiva jurídica e assistencial medicalizante em que o Brasil, ao incluir os programas de execução das medidas socioeducativas no âmbito da Assistência Social está, na verdade, atribuindo a tarefa de restringir direitos a atores cujo objetivo é a proteção. Por conta disso, no Brasil foram sendo criados inúmeros serviços desde as primeiras casas de correção, vindo a serem sucessivamente atualizados e substituídos sem nenhuma efetividade prática do ponto de vista das políticas públicas, mantendo um caráter meramente punitivista, principalmente sob a doutrina da situação irregular.

Em 1941, é criado o Serviço de Amparo ao Menor (SAM) no Brasil e, em 1945, este serviço passa a ser chamado no Rio Grande do Sul de Serviço Social do Menor (Sesme/RS). Após o golpe militar de 1964, a instituição torna-se parte do Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação (DEPAS-RS) e em 1969, ainda durante a ditadura, começa a se chamar Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/RS). Em 1979, no final de um período conhecido como os anos de chumbo da ditadura militar, foi criado o segundo código de menores, que substituiu o Código Mello Mattos de 1927.

Com esse segundo código de 1979, ocorreu a junção no recolhimento de adolescentes sem distinguir qualquer categoria e, com isso, todas as crianças e adolescentes que necessitavam de amparo ou correção, segundo o Estado, eram recolhidas e internadas nos mesmos serviços, sem distinção. No Código de Mello Mattos – mesmo que não fosse clara – havia uma separação entre os adolescentes que cumpriam uma internação e outros em situação de abandono e violação de direitos. Essa mudança, considerada um retrocesso, só foi modificada após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. É importante, contudo, notarmos aqui como as formas de governo podem mudar, não só avançando, mas muitas vezes retrocedendo, conforme o ordenamento estatal. Ao manter um discurso de “assistência, proteção e vigilância”, o Código de Menores de 1979 sequer deixava claro o que significavam estes termos na execução das medidas, mantendo o mesmo caráter punitivo do sistema penal adulto. E, mesmo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos tivesse sido promulgada ainda em 1948, este segundo código sequer citava e nem considerava estas noções, mesmo trinta anos depois da criação destas concepções. Para Scherer (2022), a ditadura contribuiu significativamente para a “consolidação da perspectiva punitivista, tanto em uma perspectiva histórica, como na manutenção do direcionamento das instituições de segurança pública de cunho militar no cenário contemporâneo” (SCHERER, 2022, p. 295).²

Até aqui, é possível perceber que a sociedade brasileira em suas raízes colonialistas e escravocratas, foi fundada através da exploração em bases racistas, higienistas e elitistas e que a ditadura militar apenas atualizou esse modelo para um Estado autoritário e necropolítico em que o poder de definir quem vive e quem morre se manteve nas mãos de oligarcas descendentes dos antigos colonizadores e dos militares. E que o modelo neoliberal que a ditadura promoveu, atualizou as formas de exploração da população brasileira e fez crescer as desigualdades sociais já existentes, com o aumento da fome e a multiplicação das favelas. Como consequência destas mudanças sociais e econômicas, irrompe a criminalização da pobreza e a guerra às drogas nas periferias, não só do Brasil como de toda a América Latina,

² Uma curiosidade: no Rio Grande do Sul mais de 300 presos políticos estiveram detidos no prédio do serviço que abrigava crianças e adolescentes durante a ditadura militar (hoje parte da FASE-RS). Há atualmente uma placa em frente à sede da instituição, do projeto denominado Marcas de Memória, que visa reconstruir em espaços públicos a memória dos que foram presos e torturados durante o período da ditadura militar em Porto Alegre. <https://estado.rs.gov.br/projeto-marcas-da-memoria-demarca-locais-de-tortura-durante-a-ditadura-militar>

assolada por décadas de ditaduras sangrentas nos principais países do continente. Mesmo com os avanços sociais que a redemocratização permitiu, a opinião pública ainda continuou operando na produção de classes perigosas e na estigmatização da população negra e periférica. A violência estatal seguiu agindo fortemente com a formação dos esquadrões da morte e grupos de extermínio, mesmo após a abertura política em 1985, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e as primeiras eleições diretas no ano de 1989.

Importante lembrar que, nos anos 80 e 90, o Brasil enfrentava uma crise com a população de rua, em sua maioria menores de idade. As frequentes fugas e motins nas FEBEMs e o extermínio dos meninos de rua eram frequentes nos noticiários. O caso mais conhecido foi a Chacina da Candelária³, quando oito meninos com idades entre 10 e 17 anos, que dormiam em frente à igreja da Candelária no Rio de Janeiro, foram mortos a tiros na madrugada de 23 de julho de 1993. Podemos destacar esses exemplos como juvenicídio, conceito de Valenzuela Arce que comentaremos mais adiante, mas que define essa violência sistemática de jovens, sobretudo na América Latina. Situações como essas fizeram, com a pressão da opinião pública, acelerar as medidas implantadas pelo ECA, como o retorno da separação entre jovens que cumprem medidas socioeducativas e os abrigados, com implantação de abrigos institucionais e a extinção das FEBEMs. Sendo estas substituídas nos Estados por outros aparelhos, tudo isso de forma ainda muito gradual. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a FEBEM se manteve até 2002, sendo extinta após a criação da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, a atual FASE/RS e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul – FPE. Essas duas instituições marcam no Rio Grande do Sul essa divisão nos mecanismos de proteção, somente doze anos após o ECA.

Ainda nos anos oitenta, o tema dos direitos da juventude recebe atenção especial pela ONU e 1985 torna-se o ano mundial da juventude, com diversos debates sobre as possibilidades de ações relativas à juventude no mundo e em 1989 ocorre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e da Organização das Nações Unidas. No ano de 1990, é aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente

³ <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/07/5110969-30-anos-da-chacina-da-candelaria-relembre-o-massacre-que-matou-oito-jovens.html>

(ECA), considerado um marco legislativo. É também a partir do ECA que ocorre o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito protegidos por conta da sua condição especial de desenvolvimento e, assim, é instituída a doutrina da proteção integral. Com a doutrina da proteção integral, a educação é deslocada para o centro das políticas públicas destinadas ao cumprimento de medidas a quem se atribui o cometimento de ato infracional.

Contudo, nem no Código Mello de Mattos de 1927 e nem no Código de Menores de 1979 é citada a palavra “educação” como metodologia de atuação, ainda que em 1927 apenas a palavra “medida” já fosse empregada, referindo-se às “medidas de assistência”, substituindo o termo “pena” que era utilizado para adultos e adolescentes. Até o surgimento do ECA, não há também nenhuma menção sobre o termo “socioeducação” e a primeira menção só ocorre no Capítulo IV, intitulado “Das Medidas Socioeducativas”. Desta maneira, desde 1927 com o primeiro Código de Menores até 1990 nunca havia sido mencionada qualquer definição sobre educação para lidar com adolescentes envolvidos em atos infracionais.

Por conta desta lacuna, fui atrás para tentar entender como a socioeducação se consolidou como política de socioeducação e encontro o ponto chave deste processo histórico em uma tese publicada por Édio Raniere da Silva em 2014 e intitulada “A Invenção das Medidas Socioeducativas”. Nela, o autor buscou o depoimento de diferentes atores envolvidos na história da socioeducação brasileira. Através de algumas destas narrativas Raniere relata que um dos redatores do ECA, o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa foi quem cunhou o termo “socioeducação”, inspirado em um texto do Pedagogo Ucraniano Anton Makarenko, “Poema Pedagógico”:

Durante os debates que levaram à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – década de 80 – Antônio Carlos expõe um conceito retirado do Poema Pedagógico de Makarenko: Socioeducação. O qual permitirá enfatizar o caráter pedagógico das novas políticas públicas direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei e ao mesmo tempo realizar uma crítica aos códigos anteriores. Este novo conceito, ao lado da terminologia já disposta pelos Códigos de Mello Matos e Código de Menores – Medidas – estabelece a fusão: Medidas Socioeducativas. (RANIERE, 2014. pp. 182-183).

Gomes da Costa, falecido em 2011, foi presidente da FEBEM de Minas Gerais nos anos 80 e uma autoridade nas políticas de direitos da criança e do adolescente. Bisinoto et. al. (2015) afirmam que o termo teria surgido da semelhança entre trabalho

que o pedagogo ucraniano realizava com jovens em situação de abandono e a quem se atribuía o cometimento de ato infracional com a realidade das medidas socioeducativas no Brasil, porém, destacam que Makarenko em sua obra tratava da educação social e não propriamente da socioeducação.

Após esta descoberta, resolvo pesquisar nos principais bancos de pesquisa acadêmicos a palavra-chave “socioeducação” e percebo que é comum vermos a palavra atrelada aos tópicos “ato infracional”, “adolescentes privados de liberdade” e “adolescentes em medida socioeducativa de internação”, ou seja, praticamente indissociável ao tema das Medidas Socioeducativas. Contudo, ao pesquisar “Educação Social” encontro trabalhos com temas diversos, principalmente na intersecção das áreas de Educação e Assistência Social. Assim, apesar de desvendar como as medidas de internação aos adolescentes em conflito com a lei passaram a ter um caráter educativo e descobrir os avanços que essa mudança permitiu nas políticas públicas para crianças e adolescentes, percebo que ainda permanecem algumas lacunas por haver ainda pouca formulação teórica ou definição sobre o conceito de *socioeducação enquanto método ou práticas de atuação*.

É possível perceber que, mesmo com a criação do ECA em 1990, ainda há uma brecha conceitual e teórica, sem nenhum embasamento técnico no trabalho em execução de medidas. Essa lacuna permitiu que se mantivessem práticas de caráter meramente punitivo mesmo após o ECA, pois não era possível identificar que práticas deveriam ser desenvolvidas com esses jovens que estavam em cumprimento de medidas no meio aberto e fechado. Importante ressaltar que não considero esta falha conceitual uma responsabilidade de Gomes da Costa ou dos atores envolvidos na produção do ECA. Me parece, ao ler os trabalhos que abordam esse tema, que a ideia talvez fosse debater com a sociedade e com os profissionais da socioeducação, mas que após a criação da lei esses debates não avançaram, mesmo que fossem necessários para consolidar novas práticas em socioeducação.

Gomes (2020) define que o ECA amplia e universaliza direitos fundamentais, mas que a estrutura ideológica permanece a mesma, sendo que as mesmas medidas já previstas continuam vigorando, mantendo o mesmo tratamento aos jovens em situação “irregular” e aos autores de ato infracional. A autora segue argumentando que o debate continuou focado na pobreza, mantendo os problemas da juventude

como questão de classe, sofisticando e intensificando as formas de controle e coerção. Percebo, assim, que mesmo com a modificação de alguns sistemas como a passagem da doutrina do menorismo para a da proteção integral a partir do ECA e do jovem visto como “cidadão de direitos” ao invés de “irregular”, muitos discursos se perpetuaram e continuam os mesmos até hoje, tal qual o lema positivista da nossa bandeira. Dessa forma, é possível compreender que a socioeducação busca evidenciar o princípio educativo das medidas e se distanciar do caráter até então punitivo das medidas socioeducativas, mas que ainda não conseguiu romper na prática a ideologia coercitiva e corretiva na execução das medidas por conta de “uma política social que busca garantir direitos, comandada por um Estado que segrega e nega os mesmos direitos” (GOMES, 2020, p. 119).

Lembrando que a época de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorrido no início da década de 1990, foi caracterizada pelo processo de globalização, pela abertura econômica e pelo neoliberalismo na política brasileira. Esse modelo econômico atuou fortemente não apenas no Brasil neste período como em outros países da América do Sul (a exemplo de Chile e Argentina), e ficou marcado pela ideia de redução do Estado através de diversas privatizações. Esse contexto é importante para compreendermos o porquê de o trabalho manter a centralidade nas políticas públicas em socioeducação, mesmo com as mudanças ocorridas a partir dessa época. Scherer (2022) aponta, ainda, que as raízes punitivistas e as políticas neoliberais e neoconservadoras que fazem prevalecer um Estado Penal dificultaram o avanço das práticas em socioeducação. Com isso, mesmo com mudanças na concepção e na lei, as mesmas práticas se mantiveram, já que não haviam orientações claras sobre uma metodologia de trabalho, dificultando o exercício profissional.

Somente a resolução nº 119 de 2006 do Conanda (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente) e posteriormente com do SINASE em 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) é que são definidos mais claramente alguns objetivos e os conceitos teóricos e práticos da socioeducação, mas ainda sem considerar um referencial teórico. Com o SINASE surgem avanços consideráveis como a orientação sobre o desenvolvimento de Planos de Atendimento, prevendo ações articuladas com as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte. Nele, também é prevista a criação de

regimentos pelas entidades socioassistenciais, com exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas e a especificação das atividades de natureza coletiva. No SINASE são detalhados, também, alguns procedimentos e são definidos princípios para as medidas socioeducativas. Esse sistema, portanto, solidifica a socioeducação na qualidade de política pública, configurando-a em um sistema com características específicas e articulado nacionalmente por força de lei. Através de práticas educativas, objetiva a responsabilização e a reflexão dos adolescentes em conflito com a lei frente ao ato infracional, fortalecendo os princípios éticos da vida social.

A partir dos anos de 2010, são lançados uma série de atos normativos referentes ao tema da socioeducação. Em 2010, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lança, através do seu Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), as primeiras “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no Âmbito das Medidas Socioeducativas” e mais recentemente, em 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança uma série de publicações sobre medidas em meio aberto, fechado e sobre o acompanhamento pós-cumprimento de medidas⁴. Essas legislações buscam contribuir para a consolidação de práticas e metodologias padronizadas em todo o país, diminuindo as disparidades da prática profissional.

Porém, nota-se que desde a criação do ECA, em 1990, até a lei do SINASE, em 2012, são 22 anos sem uma especificação mais concreta em relação às práticas e ao trabalho dos profissionais em socioeducação. Isto acaba por contribuir, ainda nos dias atuais, para divergências no exercício profissional. Mesmo com a educação no centro das medidas socioeducativas, há um afastamento desse caráter educativo nas práticas, que se deve principalmente por essa lacuna que permaneceu por mais de vinte anos, de uma indefinição sobre a prática de atuação na área. Cabe ressaltar que não encontrei nas minhas pesquisas um consenso sobre o momento específico historicamente em que a doutrina da proteção integral tenha sido substituída pela doutrina da garantia de direitos, mas é possível notar que essas novas legislações passam a ter um olhar chamado de “garantista”, onde não se trata mais de proteger

⁴ <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/sistema-socioeducativo/publicacoes/>

como uma ideia tutelar e sim de garantir os direitos para toda a população, incluindo crianças e adolescentes, considerando suas particularidades.

Bem... Parece que passamos correndo por quase cem anos de história em apenas umas dez páginas e por isso gostaria de trazer aqui certas considerações sobre as quais algumas eu irei aprofundar mais adiante e outras eu deixarei aqui apenas uma reflexão para debates futuros:

Segundo Gomes (2020), os mecanismos internacionais nos quais baseamos nossas legislações possuem uma visão ocidentalizada do ser humano, que não é multicultural e que consideram valores e lógicas etnocêntricas. Por isso muitas das nossas políticas públicas não conseguem dar conta efetivamente dos problemas reais de um país em desenvolvimento, mesmo que sejam garantidoras de direitos. Em alguns casos ocorre até mesmo a restrição de direitos quando, por exemplo, um jovem precisa sair de um abrigo ao completar a maioridade, muitas vezes sem ter onde morar por conta de políticas públicas irrisórias neste aspecto, restando em diversas situações permanecer em situação de rua. O próprio ECA, como já foi dito, é um marco na proteção de crianças e adolescentes, porém, é restrito aos jovens até 18 anos de idade e ainda que ele siga amparado pelo Estatuto da Juventude, os mecanismos de garantia de direitos são deficitários em termos de políticas públicas.

Infelizmente, as políticas de juventude que deveriam oferecer o básico não conseguem dar conta e muitas vezes acabam limitadas às políticas de governo, essas em sua maioria restritas ao viés produtivo do trabalho. Na prática, a responsabilidade do Estado é depositada no próprio sujeito ao completar 18 anos, mesmo que ele não tenha adquirido acesso aos seus direitos básicos:

[...] existem muitas outras demandas que precisam ser consideradas e que não estão descoladas, tais como moradia, acesso à saneamento básico, ao lazer, à cultura, ao esporte, à profissionalização, a atendimentos de saúde e educação de qualidade, preparo e espaço de atuação para/no mundo do trabalho formal, dando conta das necessidades humanas [...] (SEIMETZ & BRAGAGNOLO, 2022)

O segundo ponto de atenção nesse contexto diz respeito à seletividade da lei, ao considerarmos o tipo de jovem a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Assim, o sistema socioeducativo ainda reproduz discursos que estigmatizam a juventude negra, periférica e a chamada vulnerabilidade social:

(...) atos infracionais tipificados como crimes são cometidos por diversas pessoas, em todas as faixas etárias e classes sociais. Podemos arriscar, até, dizer que quase todas as pessoas já cometeram alguma infração legal – seja crimes de trânsito, pequenos furtos, calúnias, uso de substâncias ilegais, sonegação de impostos, corrupção nas suas variadas formas etc –, mas um setor da sociedade é imune ao processo de criminalização. (GOMES, 2020, p. 81)

A autora segue afirmando que há “um nítido recorte classista e racista, de maneira que a nova constituição e o ECA não foram capazes de romper com a ‘menorização’” (GOMES, 2020, p. 119). Ou seja, mesmo com a evolução das políticas públicas na área, o caráter menorista ainda pode ser visto no judiciário e nos profissionais que atuam na área. Nesse contexto, outra consideração que gostaria de fazer é que há uma ideia de que as políticas socioeducativas seriam feitas para funcionar, mas elas assumem funções diferentes na prática, pois elas operam ligadas à diversos jogos de poder, como a colonialidade, o racismo estrutural, entre outros. Assim, mesmo com a evolução das políticas públicas na área da socioeducação, elas ainda não parecem ser suficientes para lidar com a realidade do nosso país na prática. E talvez não se trate nem de não serem suficientes, já que são mais do que suficientes para fazer o que se propõem na prática, que é manter os jovens encarcerados, seu lugar de sujeito que ameaça e a imagem do inimigo interno.

Hadler, Guareschi e Scisleski (2015) apontam, ainda, que toda essa herança punitiva na constituição das políticas públicas, pautadas na ideologia da segurança, mantém ainda hoje uma lógica de extermínio envolvendo a juventude em conflito com a lei. Tanto que não é incomum ouvir dos próprios jovens que passaram pelo sistema socioeducativo que eles estiveram presos ou que cometeram um crime, assumindo assim uma identidade criminosa.

Termos como “crime”, “estar enquadrado” e “preso” fazem mais sentido para a justiça e aos próprios profissionais e jovens que estão vinculados a essas instituições, do que “ato infracional”, “medida socioeducativa”, e “jovem”. Os termos indicam não apenas a força de um costume, mas referem-se também às formas e às práticas de tratamento dado a essa população. (SCISLESKI, 2010. p.292).

Com a lacuna deixada até o surgimento do SINASE, diversos profissionais que deveriam ser socioeducadores agem como carcereiros e muitas das unidades de internação atuam como verdadeiras prisões: “Se essa juventude vive em condições tais quais ocorrem no sistema prisional adulto, podemos afirmar que já está em vigor a redução da maioria penal no Brasil!” (SCISLESKI, CAETANO e GALEANO, 2015).

A percepção dos(as) adolescentes das unidades de privação de liberdade como prisões, decerto que também é influenciada pela própria estrutura física das instituições voltadas para esse fim. No Brasil, mais próximas de uma penitenciária que do modelo socioeducativo previsto em lei. (COSTA, 2021, p. 148).

Para finalizar essa parte, é importante frisar que não se trata aqui da simples crítica pela crítica, mas tampouco um olhar que confia sem questionar seu próprio trabalho, a socioeducação e a formulação das legislações em nível nacional e internacional. Precisamos compreender a cisão e a precarização das políticas públicas nesta área, principalmente em um modelo colonial, capitalista e necropolítico que visa o controle e a mercantilização dos corpos jovens. Precisamos compreender que a mudança para uma nova prática em socioeducação passa também por um novo modelo de sociedade, com o fortalecimento de políticas sociais e sistemas de saúde e educação enquanto primeiras políticas públicas e universais. Precisamos ainda olhar para dentro da nossa própria sociedade e questionar discursos e práticas que estigmatizam, oprimem, violentam e até mesmo matam nossos jovens nas periferias do país:

Nossa tese é que os documentos legais que sustentam a política social de socioeducação têm fortes raízes no neoliberalismo, individualismo e empreendedorismo, e se baseiam numa política excludente, apoiadas no racismo estrutural para estabelecer um continuum colonial. São legislações que, mesmo se propondo a serem universais, apresentam em seus textos direcionamentos diferentes para pessoas em condições sociais diferentes, revelando sua base opressora, muitas vezes invisibilizada pelo viés garantista. (GOMES, 2020, p. 140).

Seria possível, talvez, pensarmos no desenvolvimento de outras possibilidades nas políticas públicas em socioeducação, que operem de uma maneira diferente da atual? Num modelo decolonial, antirracista, por exemplo, ou na verdadeira proteção?

Verão

É final da tarde de um sábado e embarco em ônibus metropolitano, as pessoas voltando do trabalho, as caras cansadas e carregando suas bolsas e mochilas. Logo depois embarcam dois jovens negros, ambos usando bonés e correntes no pescoço. Vestiam chinelos, camisetas de time e largas bermudas caídas na cintura. Um deles passa pela catraca e o segundo entrega a passagem ao cobrador que afirma estar faltando dinheiro. Sem a liberação da catraca o mesmo fica parado e começa a procurar em seus bolsos alguma moeda que pudesse completar o valor, até que seu amigo volta e lhe entrega uma moeda para completar. Ele passa e ambos sentam em

alguns bancos na nossa frente e vão conversando. Outras pessoas vão subindo e em minutos o ônibus está lotado.

Logo ouço na parte de trás do ônibus a voz de uma mulher que se destaca: - *Vão roubar o ônibus, escondam o que puder!* Alguns ficam tensos com a declaração certa e repentina. A mesma voz continua: - *Olha como estão planejando ali na frente como vão fazer, alguém tem que ligar para a brigada militar.* Enquanto isso, os dois jovens seguem absortos lá na frente em sua conversa.

Olho discretamente para trás e identifico a dona da voz: uma mulher branca, de cabelo preto e curto, aparenta uns trinta anos de idade. Ela veste um casaco vermelho e usa um par de brincos dourados de argola. Segue conversando em voz alta, agora se dirigindo para outras pessoas ao redor: - *Alguém avisa o cobrador que vão roubar o ônibus, pede para o motorista passar numa delegacia... Alguém tem que fazer alguma coisa!*

Ao passar pelo posto da Polícia Federal o motorista do ônibus dá sinal de luz e encosta. Ele desce, encontra dois policiais federais e param ao lado do ônibus lotado, começam a olhar para dentro enquanto conversam. Neste momento começa um burburinho dentro do ônibus, alguns se entreolham sem entender nada, curiosos com o fato incomum. Alguns olham para os três do lado de fora curiosos, inclusive os dois jovens. Enquanto isso, a voz da moça retoma em tom baixo: - *Isso... são aqueles de boné, isso... Por isso o motorista parou...* Algumas pessoas demonstram irritação, ouvem-se outros comentários: - *Parar pra isso? Sério? Tão ali, sem fazer mal pra ninguém...*

O motorista entra de volta no ônibus e retoma a viagem, seguido desta vez pela viatura da PF. Alguns com a expressão de aliviados, outros com cara de incomodados, vamos seguindo até a entrada da cidade, quando a viatura deixa de seguir o ônibus e retorna. - *Como assim tão voltando logo agora, gente!?* [novamente a mesma voz, mas agora exaltada] - *Não adianta nada, se nos assaltar agora ninguém mais pega! Absurdo!* O ônibus finalmente chega no terminal de integração sem nenhum assalto e, enquanto todos ilesos e com seus pertences vão descendo, os dois rapazes saem primeiro, provavelmente para pegarem lugar sentados no segundo ônibus.

- *Sairam correndo, é? Ih, assaltaram alguém no terminal! Não!?! Entraram na integração? Ah, vão fazer a limpa, gente, vocês vão ver... Vão roubar todo mundo e vão descer ainda bem perto*

de casa, naquela vila que tem lá. Ufa, ainda bem que não pego aquele ônibus ali, senão ia de aplicativo pra casa...

PARTE II

São os últimos dias de 2023 e tirei alguns dias de férias para adiantar a dissertação no final deste ano. Como disse lá no começo, eu fiquei quase um semestre sem escrever e agora estou fazendo uma maratona para correr atrás do tempo perdido. Ontem fiquei várias horas escrevendo, ajustando, moldando essa obra e decidi separar em três partes a dissertação para ficar mais fácil de organizar. Assim, finalizei a primeira parte ontem, após recortar todo o projeto e reorganizar, amarrando melhor tudo, conforme minhas últimas leituras e as sugestões da banca de qualificação. Por isso tive dificuldade de dormir ontem, pensando em como ajustar a segunda parte e como transformar essa dissertação em uma boa história coesa e interessante.

Quase levantei e segui escrevendo de madrugada, mas achei que seria exagero, por isso levantei apenas para tomar um banho, tomei também uma água e fiquei jogando no celular até sentir sono e dormir por volta das 2:30 da manhã. Por conta disso acordei, almocei tarde hoje e voltei para a frente do computador para iniciar a segunda parte, saindo apenas para fazer um lanche agora à noite. Enquanto escrevia ouvi alguns miados, mas deixei de lado, pois achava ser o gato do vizinho. Porém, enquanto minha namorada e eu comíamos, percebemos que os miados vinham do lado de fora e ela desceu do prédio até a rua para ver. Ao olhar pela janela, vi lá fora um jovem gatinho marrom e listrado na calçada que miava alto, talvez tenha sido abandonado ou estava perdido.

Minha namorada voltou sem conseguir pegá-lo e descemos com um pouco de comida para o resgate, mas ele estava assustado e foi indo em direção ao bueiro. Nos distanciamos para que ele não caísse e ficamos o chamando de longe. Fizemos várias tentativas, levamos um pano para tentar pegá-lo, sentamos no chão próximos dele, deixamos comida no chão até que o mesmo acabou fugindo para uma praça do outro lado da rua e entre os arbustos o perdemos completamente de vista. Derrotados,

voltamos para casa e até o momento não ouvimos mais nenhum miado e nem o vimos aqui de cima, mas imagino que de madrugada ele surgirá novamente e não dormirei direito mais uma noite. A menos que as nossas técnicas de captura se sofisticuem para o resgate. Inclusive, parece que neste exato momento os miados voltaram...

VIAJANDO PELOS CONCEITOS

Muitas vezes, passo horas escrevendo e no final percebo que viajei por vários conceitos em poucas linhas por acabar sendo muito sucinto nas ideias. Porém, a socioeducação é um tema bastante complexo e envolve longas discussões polêmicas que ainda estão em curso na sociedade brasileira, como a guerra ou a legalização das drogas ou ainda a redução da maioria penal. O curso da história é regulado pela disputa entre forças conservadoras e progressistas em que apenas nos últimos vinte anos, de 2003 até 2023, o Brasil saiu de um governo neoliberal para outro popular de esquerda, que entrou em colapso e sofreu um golpe político, assumindo nas eleições posteriores um político de extrema direita, fascista e que foi novamente substituído pelo seu antagonista nas eleições seguintes, o mesmo governante de esquerda que havia assumido a presidência vinte anos atrás.

O processo político brasileiro não permitiu nos últimos anos que um governo, mesmo de esquerda, assumisse sem se aliar com grupos políticos de direita e que governasse sem alianças com partidos de centro, sem fidelidade ideológica. A socioeducação foi uma política pública que não passou imune a esse movimento cíclico de mudança. Gomes (2020) aponta que vivemos nos dias atuais uma guerra ideológica, entre os que defendem um tratamento digno para o adolescente autor de atos infracionais e aqueles que defendem punições mais severas e corretivas. Isso é um dos motivos que impedem algumas mudanças estruturais que ao menos diminuam os sintomas sociais do racismo estrutural e da criminalização da juventude.

Para contextualizar essas questões, pretendo abordar nesta parte os dispositivos de controle para governar os jovens a quem se atribuem o cometimento de atos infracionais e o conceito de *Racismo de Estado* em Foucault, passando pela definição de *Tanatopolítica* de Agamben e de *Necropolítica* em Mbembe. Da necropolítica vamos partir para a conceituação de *Juvenicício* em Valenzuela Arce e, por fim, após passar por esses teóricos pelo mundo, chegaremos até *Necrobiopoder*,

termo proposto por Berenice Bento e os sistemas de classificação necrobiopolíticos para justificar o juvenicídio na América Latina e particularmente no Brasil.

Não diga nada, apenas pegue suas malas e venha comigo! Embarque agora pelo portão E de Epistemologia! Vamos, vamos, já estamos atrasados, corre!

Primeira Parada: França

O filósofo francês Foucault (2008b) descreve que a arte de governar ocorre em um campo relacional de forças, ou seja, o poder não é uma coisa, mas uma relação. E que essas relações de poder e dominação investem politicamente nos corpos e passam pelo interior destes. Podemos assimilar melhor o significado de **biopoder** se entendermos o corpo como algo que está “inserido em um campo político e que é atravessado por essas relações de poder e de dominação” (FOUCAULT, 1987).

Para sua efetividade, o biopoder agirá se desdobrando em dois caminhos: a *disciplina* e a *biopolítica*. Foucault (1999) define que as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A **disciplina** se consolida a partir do Estado moderno, entre os séculos XVII e XVIII, concentrando-se principalmente no indivíduo, enquanto a **biopolítica** se concretiza principalmente a partir do Estado Liberal, direcionando-se especialmente à população. A disciplina é, portanto, uma tecnologia de poder específica, ou ainda, métodos que “permitem o controle minucioso das operações do corpo e impõem uma relação de docilidade e utilidade que fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, ou seja, corpos dóceis” (FOUCAULT, 1987).

Como a disciplina é uma tecnologia de poder que atua mais diretamente nos corpos, ela seria talvez mais fácil de ser percebida do que a biopolítica. Na socioeducação, por exemplo, podemos notar a disciplina atuando principalmente nos processos jurídicos que vão decidir quais medidas cada jovem deverá cumprir e em todo o regramento, não só dentro das unidades de internação como também no meio aberto. Já a biopolítica torna-se mais predominante a partir de uma mudança de tecnologia política sobre os corpos a partir da criação dos Estados nacionais e da ascensão do liberalismo, ligada a um poder econômico. Desse modo, a biopolítica tem o mesmo objetivo da disciplina que é governar a vida, porém, parece ser uma faceta do biopoder mais sutil e talvez até mesmo mais complexa, atuando nas populações

através de mecanismos de governo e de diversos dispositivos para gerar, não só corpos dóceis, como também corpos úteis.

Foucault (2008b) descreve a passagem do poder disciplinar para a biopolítica como o fortalecimento de uma outra forma de governar a vida que não se destina mais a fortalecer primariamente o Estado, mas assegurar o crescimento e a hegemonia do mercado. Assim, o biopoder passa a ser entendido como “um tipo de poder fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, cujo objetivo é produzir forças, fazê-las crescer, ordená-las e canalizá-las, em vez de barrá-las ou destruí-las”. (SIBILIA, 2002).

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Portanto, o público da socioeducação não está fora de toda essa relação, com o passar do tempo todas as mudanças nas políticas públicas socioeducativas foram mudanças biopolíticas, pois tratam das formas de atuar sobre os corpos da população a quem se atribui o cometimento de atos infracionais e não apenas isso como também o que se considera como ato infracional e o que define ser infrator, por exemplo.

A **governamentalidade**, por sua vez, é proposta por Foucault (2008b) como um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que tornaram possível o exercício de um tipo específico de poder pelo Estado, centrado na administração dos recursos e na disciplina. Isso permite ao Estado conhecer melhor a população para exercer múltiplas formas de governo sobre as pessoas e não mais sobre territórios. Em sua obra “*Segurança, Território, População*”, Foucault (2008b) afirmará, ainda, que a matriz da governamentalidade moderna é o poder pastoral e que essa relação de poder específica tem como principal objetivo a busca pela melhor forma de se conduzir e governar os homens. O poder pastoral é definido pelo autor como um poder de cuidado, exercido pelo pastor sobre uma multiplicidade em movimento; é um governo das almas, que tem por objetivo a salvação dos indivíduos.

Lembra-se que na primeira parte deste trabalho eu comentei que, apesar de toda a evolução no decorrer dos anos, as estratégias utilizadas na socioeducação

ainda eram muito parecidas com as da catequização ocorridas no período da colonização? A governamentalidade permite essa outra mentalidade de governo das populações, ela é a emergência da racionalidade de governo, do pensamento de governar; quando se passa a desenvolver de forma estratégica e intencional outras práticas de governo da população através de diversos dispositivos.

O **dispositivo** por sua vez pode ser entendido como um “conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. (FOUCAULT, 2007), estando sempre atrelado a um jogo de poder e ligado a uma ou várias configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. Dessa forma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo e este por sua vez é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos e que tem uma função estratégica dominante. Podemos dizer, portanto, que as relações de poder (como o poder pastoral, por exemplo) instituem saberes e verdades na sociedade e que não há uma separação entre poder e saber, já que o exercício do poder cria saber e o saber acarreta efeitos de poder. Assim, “não é possível que o poder se exerça sem saber e não é possível que o saber não gere poder” (FOUCAULT, 2007).

Conseqüentemente, em um sistema político centrado no biopoder, o racismo vai permitir o exercício da função da morte, do direito de matar. Na obra “*Em Defesa da Sociedade*”, Foucault (1999) apresenta o conceito **Racismo de Estado**, explicando que quase não há funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, limite ou em certas condições, não passe pelo racismo.

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. (FOUCAULT, 1999, p. 304)

Foucault utiliza-se do exemplo do nazismo para definir um racismo que reedita a lógica soberana, em que o poder de dispor da vida e da morte volta a ser exercido, nesse caso sobre um inimigo interno. Segundo o autor o racismo era uma ideologia científica antes de ser uma ideologia política e o que o nazismo fez foi reintroduzir o

racismo biológico, uma guerra de raças, reelaborando a ideia de guerra para uma chamada proteção da raça superior. Não se buscava eliminar um adversário externo e sim um perigo interno, em que o racismo biológico permitia a seleção de quem não deveria viver, em um discurso de proteção da própria raça superior, ou seja, um racismo “interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social”. (FOUCAULT, 1999, p. 95.)

Na primeira parte dessa pesquisa, comentamos sobre como o racismo biológico e a eugenia estavam em voga na primeira metade do século XX, permitindo que se justificasse o encarceramento de crianças e jovens que estivessem supostamente desprotegidas. Até hoje, o racismo político e biológico também é utilizado para o manejo da criminalidade, ao criar na figura do jovem pobre e negro um inimigo interno. A este se justifica o exercício soberano da morte para manter uma sensação de proteção e segurança. Mas mesmo com todas as mortes, com um verdadeiro genocídio nas favelas justificado pelo discurso da segurança pública, onde está essa sensação de proteção? Segue-se, assim, essa constante guerra interna em uma tentativa vã de purificação social permanente.

Yure

Yure era uma incógnita. Passou pelo acompanhamento ao egresso duas vezes sem nunca se vincular e na terceira vez não aderiu ao serviço. Na primeira vez foi ao acolhimento com os pais, ambos muito jovens. Ela era do lar e o pai de Yure motorista de aplicativo. Um tipo muito magro e todo tatuado, usava um enorme relógio dourado. Yure era uma espécie de miniatura do pai, com um enorme relógio dourado que adornava o pulso magrelo. Possuía bem menos tatuagens que o genitor, mas tinha uma no pescoço que se destacava e falou que gostaria de apagá-la.

Algumas semanas depois conseguimos uma parceria para a remoção gratuita de sua tatuagem. Yure foi em três sessões e desistiu:

- O cara falou que vai precisar ir várias vezes lá e ainda vai ficar marcado. Não vale a pena, seu... aquele laser lá além de doer muito ainda queima a pele, tem que ver! levanta um cheiro,

parece que tá queimando corinho de galinha. Tá louco! Vou ficar com a tatuagem, faz parte da minha história.

Dias depois Yure sumiu, não compareceu nos atendimentos, não respondeu meus contatos. O pai do jovem nunca podia me atender, dizendo estar sempre ocupado e a mãe do mesmo sempre muito evasiva. Cheguei a pensar que seus pais também pudessem ser envolvidos... até que meses depois Yure se envolveu em um novo ato e passou por outra internação. Quando saiu quis se vincular novamente, mas nunca compareceu. Numa das tentativas de contato seu pai apenas enviou uma mensagem: “*ele não quer mais*”.

Mais ou menos um ano depois Yure saiu de sua terceira internação. Estava do mesmo jeito, magro, com a tatuagem marcante no pescoço, camiseta de marca e o relógio gigante no pulso. Dessa vez me poupou trabalho e disse logo de cara que não iria querer ser acompanhado pelo apoio ao egresso.

Passou talvez mais uns dois anos desde a última vez que tive contato com Yure, estava eu almoçando em um dia qualquer e assistindo ao noticiário do meio-dia. Uma das notícias era a de um assaltante com diversas passagens pela polícia, que ao tentar assaltar um mercado foi morto por um policial à paisana que reagiu.

Ao olhar na tela da TV a imagem do assaltante morto vejo aquelas fotos de delegacia, provavelmente em uma de suas diversas passagens pela prisão e identifiquei Yure, justamente pela tatuagem no pescoço. Na imagem ele estava um pouco mais velho, mas era ele, inclusive ainda mais parecido com seu pai.

Aumentei o volume da TV e confirmei pelo nome completo que a vítima era mesmo Yure. A notícia finaliza: “*com o corpo foram encontrados a arma utilizada para o crime, documentos, celular e um relógio*”.

Uma Conexão na Itália

Por considerar insuficiente a definição de Foucault para explicar as práticas de morte, o filósofo italiano Agamben (2002) utiliza o termo **tanatopolítica** para definir como se constitui a produção de morte. Para isso, Agamben (2007) utilizou-se de alguns conceitos da Grécia Antiga para explicar sobre a produção de sujeitos

matáveis. O autor cita, por exemplo, a distinção naquela sociedade entre a vida nua (*zoé*) e a *bios*. Enquanto a *bios* identificava o cidadão grego que participava da vida política das cidades (*pólis*), a vida nua ou *zoé* é a vida natural que não estava incluída no ordenamento da *pólis*. Essa vida nua permitia, ainda, a produção da figura do *homo sacer*, cuja vida não teria valor nem para os homens e nem para os deuses. Um indivíduo que estaria excluído inclusive do ordenamento jurídico, como alguém que até mesmo quem o matasse não seria julgado por homicídio.

Dessa maneira, o tratamento que se direciona à figura do traficante, do criminoso ou do bandido na atualidade se aproxima com o tratamento dispensado ao *homo sacer* descrito por Agamben. É como se suas vidas não tivessem valor no discurso corrente da sociedade, não cabendo sequer o processo jurídico. A legitimação nesses casos se dá por ser uma ameaça à sociedade, com um recorte de raça e classe nesse ordenamento. O cidadão branco, rico ou de classe média tem um tratamento muito parecido com o que Agamben identifica a quem se mantinha ativamente no ordenamento da vida política na cidade, muito parecido com a ideia de *bios*. Por exemplo, ao estudante de medicina de uma renomada universidade que é preso por tráfico ou ao filho de um empresário que pratica violência sexual não é autorizada sua morte e na maioria das vezes sequer se manterá preso, pois a justificativa, o discurso social corrente, é que foi um erro, uma falha de caráter.

Agamben (2004) apresenta ainda o conceito de *estado de exceção* para definir situações quando há um desequilíbrio entre direito público e o fato político, ou seja, quando há uma suspensão da própria ordem jurídica, através da promulgação de leis excepcionais. O estado de exceção refere-se, portanto, à ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, à atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força-de-lei. Isso permite, por exemplo, a eliminação física não só de adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Para o autor, as práticas de morte de cunho racista simplesmente deixaram de exigir legitimação formal para operar na vida da população e, assim, passaram a funcionar de forma definitiva no campo da exceção.

Como vimos anteriormente, a ditadura no Brasil permitiu dentro do campo da exceção a criação de um novo código de menores que dispensasse completamente a

diferenciação entre proteção e controle, sem distinguir e separar crianças e adolescentes a quem teoricamente se deveria internar ou abrigar, o que foi considerado um retrocesso se comparado ao ordenamento jurídico anterior. Outro exemplo mais recente do estado de exceção é o que o presidente de El Salvador, Nayib Bukele instituiu no 2022 em seu país⁵ sob a justificativa de barrar a violência das gangues em todo o território nacional. Desde então, diversas prisões arbitrárias vêm ocorrendo com inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos⁶ e mortes, sobretudo de jovens pobres. Nessa ótica, o mecanismo da exceção torna-se um instrumento de Estado pela qual a morte é gerida no nosso século, atuando como um dispositivo para supostas situações de perigo, mantendo a produção do *homo sacer* moderno através da tanatopolítica.

Como dito anteriormente, a tanatopolítica é a forma como se constitui a produção de morte, mas, diferentemente do que aponta Foucault, para Agamben a morte pode ser legitimada através do estado de exceção, sem que se tenha de passar por um movimento de legalização Estatal. Ou seja, a tanatopolítica não precisa ser legalizada, pois Agamben não considera o estado de exceção como parte do ordenamento jurídico.

Outra diferença da tanatopolítica para o conceito de racismo de estado é que ela não atuará somente nos membros de uma raça ou população, mas sim com o princípio da exceção para com uma vida abandonada e exposta à morte, numa relação menos generalista entre a vida nua e o soberano, em que se possa identificar aspectos de autorização da morte mais detalhados, desde uma população inteira até inimigos políticos, por exemplo. E ainda possíveis membros de gangues, como no caso de El Salvador ou de toda uma população jovem, negra e periférica como no caso do Brasil.

Anton

- *Quer saber como eu nasci?*

⁵ <https://www.dw.com/pt-br/a-ascens%C3%A3o-de-nayib-bukele-o-presidente-de-el-salvador/a-65553555>

⁶ <https://www.hrw.org/pt/news/2022/12/07/el-salvador-widespread-abuses-under-state-emergency>

Essas perguntas assim estranhas e repentinas nunca são boa coisa. Antes mesmo de responder eu já estava arrependido de dizer que sim.

- Foi assim, meu tio tava preso e meu pai tava lá com ele. Isso tudo antes de eu nascer, claro, não era meu pai ainda, entendeu? Ai minha vó ia lá visitar meu tio e um dia levou minha mãe junto. Acontece que meu pai viu minha mãe na visita e falou pro meu tio que se ela não ficasse com ele, que ele ia matar meu tio. Daí minha mãe foi lá e começou a ficar com ele obrigada, pra ele não matar o irmão dela e foi aí que eu nasci.

Anton tinha 19 anos quando o conheci, saiu da internação durante a pandemia, realizava aprendizagem profissional e queria seguir com o trabalho e os estudos para futuramente trabalhar com mecânica automotiva.

- Quando meu pai saiu da cadeia foi morar com a minha mãe, eu era pequeno e minha vó contava que ele batia muito nela. Eu não lembro direito da minha mãe, porque ela fugiu de casa quando eu era pequeno, deixando eu sozinho com o meu pai. Foi morar em outro Estado só isso que eu sei, não soube mais nada dela, nem conheci ela direito. Meu pai me batia bastante, disso eu me lembro. Daí quando ele foi morto eu fui morar com meus avós, mas acho que foi daí que saiu minha raiva e eu fui fazer coisa errada.

Anton seguiu alguns meses estudando e trabalhando até que perdemos o contato, ficamos sabendo que havia evadido da escola e largado o emprego. Um ano depois Anton fez contato novamente:

- Eu tava preso, seu... mas agora fui solto aí de novo esses dias. Queria ver uma ajuda de vocês pra conseguir um emprego e me ajudar de novo com a escola...

Ao confirmarmos o próximo atendimento agendado Anton não respondeu mais e tempos depois soubemos pelo CRAS que o jovem havia falecido, mas não tinham mais nenhuma informação sobre a causa de sua morte.

Próxima Parada: Camarões

Mbembe, filósofo Camaronês, adapta por sua vez o conceito de exceção trazido por Agamben e a ideia da produção de inimigos internos apresentada por Foucault para desenvolver a definição de **necropolítica** como “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71).

Segundo Almeida (2021), para estabelecer a diferença entre a biopolítica descrita por Foucault, Mbembe se vale de dois outros conceitos: estado de exceção e estado de sítio, ambas atuando em uma noção ficcional de inimigo:

O estado de exceção e a relação de inimizade tomaram-se base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, poder (e não necessariamente poder estatal) continuamente se refere pela exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. (MBEMBE, 2018, p. 17).

Para Mbembe (2018), a noção de biopoder também é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Segundo Almeida (2021), o conceito não englobaria todas as dimensões que a ascensão do neoliberalismo provocou no exercício da soberania, em especial a expansão da lógica colonial e as transformações do racismo:

Mbembe aponta as insuficiências teóricas da biopolítica para tratar das mutações sofridas nas relações de poder, especialmente na etapa neoliberal do capitalismo. As insuficiências estariam em dois pontos específicos. O primeiro, na ausência de uma reflexão de Foucault sobre o impacto do colonialismo na constituição dos dispositivos de sujeição e de dominação presentes em todas as sociedades contemporâneas, mesmo as liberais e democráticas. Em segundo lugar, a falta de uma reflexão mais profunda sobre as especificidades do racismo em conexão com as diferentes formas de governamentalidade. (ALMEIDA, 2021, p. 08).

Mbembe (2018) dirá, ainda, que as experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política e da soberania do sujeito diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Pois “a ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica” (MBEMBE 2018, p. 41). No meu entendimento, a principal diferenciação no conceito de Mbembe é esta, pois desloca uma visão eurocentrada de mundo nos fazendo lembrar do colonialismo, ou seja, da violência e do terror das invasões europeias ao redor do mundo. Assim, Mbembe consegue, através da definição de necropolítica, evidenciar o racismo e o colonialismo como a base da produção de vidas matáveis, bem como da criação e gestão da figura do suspeito e da política de morte como a base na condução dos corpos ingovernáveis e improdutivos no Estado moderno.

Volto a ilustrar com os exemplos utilizados na primeira parte deste trabalho em que a necropolítica esteve presente desde colonialismo, com genocídio e o epistemicídio e a forte presença da ideia de redenção através do trabalho e da docilização dos corpos pela obediência. Essa mesma lógica foi atualizada, mas

manteve-se presente durante a ditadura e também através dos grupos de extermínio e das diversas chacinas durante os anos 80 e 90, como a do Carandiru e mais recentemente com dezenas de mortos em favelas pelo Brasil após incursões violentas da polícia nos morros e periferias.

Portanto, se o poder soberano é sintetizado por Foucault (1999), por “fazer morrer e deixar viver” e na biopolítica se atualizam os mecanismos para “fazer viver e deixar morrer”, começo a pensar se atualmente não haveria um “fazer morrer e deixar morrer”, seja através da guerra ao inimigo ou da negligência estatal sobre os inadaptáveis às normas vigentes. Para além do poder soberano, da lógica de guerra e da formação do inimigo para garantir a integridade do Estado, aparentemente há nos dias atuais um investimento específico em governar a morte de certas populações. Sobre este tipo de investimento o conceito de *necrobiopoder* proposto por Bento (2018) sintetiza e integra perfeitamente estes termos, mas gostaria de seguir viagem primeiro antes de aterrissarmos no Brasil novamente.

Raimundo

Raimundo passou por única internação por tentativa de homicídio e, segundo o próprio jovem, não se envolveu mais em nenhum novo ato infracional, mesmo quando fugiu no ano anterior e ficou por seis meses foragido.

Sua mãe é analfabeta, trabalha como empregada doméstica e faz o uso de medicação para dormir. Além de Raimundo, ela é mãe de uma menina de 8 anos e mais um casal de filhos por volta dos 20 anos. Os mais velhos já constituíram família e nunca se envolveram em nenhum tipo de delito. Raimundo afirma ter interesse em um curso de mecânica e sua mãe gostaria muito de ser alfabetizada.

Depois do primeiro atendimento Raimundo não compareceu mais e seguimos tentando contato por quase um mês, sem sucesso. Em uma das tentativas de contato a mãe do jovem finalmente respondeu em um aplicativo de mensagens. Conversamos por áudio:

- Tudo bem? Queria saber do seu filho, não tive mais contato com ele.

A resposta vem em forma de imagem. Abro e me deparo com a fotografia do adolescente dentro de um caixão. A mórbida cena é o pacote completo de um velório: o rosto pálido, a maquiagem grosseira, os olhos fechados, o algodão no nariz, o terno, as velas e as flores ao redor...

Não era uma imagem que eu esperava receber às duas e meia da tarde de uma quinta-feira. Na verdade, não era uma imagem que gostaria de receber em nenhum dia e horário.

Sobre a morte ela disse que não soube das circunstâncias, só avisaram que seu filho havia sido encontrado morto por ferimentos de arma de fogo. Enviei meus sentimentos à família e apaguei a foto do telefone, enquanto da memória ainda não consegui.

Na Volta, Uma Passagem Pelo México

Mais especificamente sobre a juventude, o sociólogo Mexicano José Manuel Valenzuela Arce desenvolve um conceito central chamado **Juvenicídio**. Ao estudar este conceito, percebo que é uma definição recente e mais complexa do que parece. Por isso, vou trazer algumas citações diretas no idioma original. Segundo o autor é importante pensar no conceito associado ao de feminicídio, pois a *“orden-poder patriarcal es el marco histórico estructurado y estructurante que produce condiciones propicias para el feminicidio.”* (VALENZUELA, 2019, p. 70). Portanto, não se mata jovens apenas por serem jovens e sim por conta de diferentes marcadores: *“el juvenicidio y el feminicidio no se reducen al asesinato de jóvenes y mujeres, sino que se posibilitan y facilitan por los escenarios, situaciones y adscripciones precarizadas de las víctimas”*. (VALENZUELA, 2019, p. 76).

O juvenicídio é, assim, um conceito abrangente que não atua somente em homens jovens mortos violentamente, mas também em mulheres jovens e vítimas LGBTFOBIA⁷. Dessa forma, esse conceito não seria o mesmo que o chamado

⁷ El concepto de juvenicidio implica pero no se limita a la vulneración de representaciones, imaginarios y umbrales simbólicos que definen la adscripción y pertenencia a identidades lgbt, pues destaca el acto límite de las perspectivas homofóbicas que conllevan el asesinato, la muerte y el aniquilamiento simbólico y físico de personas, por ello, el juvenicidio incluye la desacreditación de identidades homosexuales y las expresiones que se apartan del modelo cisgénero, transexuales o cualquier otra que se aparte del modelo binario masculino-femenino y al homicidio de personas adscritas a estos posicionamientos, cuando los procesos de vulnerabilidad se conforman mediante la construcción de identidades desacreditadas, como es el caso de masculinidades proscritas o la propia estigmatización de la homosexualidad. Pensar sólo en masculinicidio es asesinar una construcción intersubjetiva, imaginaria, sociocultural, mientras que el juvenicidio refiere al asesinato imaginario, simbólico y real de hombres y mujeres jóvenes (VALENZUELA, 2019, p. 68).

genocídio de jovens negros, que muitas vezes é utilizado no Brasil, já que o juvenicídio é mais amplo do que a violência sistemática ou do extermínio racial em massa exercido pelo Estado brasileiro:

Al exterminio o eliminación sistemática de un grupo humano por motivo de raza, etnia, religión, política o nacionalidad se le define como genocidio. A partir de esta posición, desarrollé el concepto de juvenicidio para identificar al exterminio o eliminación permanente y sistemática de jóvenes. [...] Esto me permite ampliar la justificación y sentido del concepto de juvenicidio, especialmente cuando hablamos de muerte artera, sistemática y persistente de jóvenes (VALENZUELA, 2019, p. 65).

O juvenicídio, portanto, é multifatorial e possui diversas dimensões em que a morte violenta seria apenas a etapa final de um amplo processo provocado “especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilita a construção de projetos de vida e futuro.” (SCHERER, 2018, p. 33).

Costa (2021) caracteriza o juvenicídio como uma expressão específica da necropolítica contemporânea, ao distinguir uma parcela da população que pode morrer por ação ou omissão direta do estado, muitas vezes, respaldado pela sociedade. Essa distinção não é caracterizada apenas pela idade, como também pela classe social, cor de pele e território. Para a autora, “a partir de estigmas imputados aos jovens da periferia, constituem-se maniqueísmos que acabam por justificar menor credibilidade em relação aos adolescentes das classes populares” (COSTA, 2021, p. 2381).

Logo, mais do que a produção de um inimigo ficcional que permitirá classificar a uma parcela da juventude como matável – através de um sistema de classificação necropolítico – o juvenicídio mina a subjetividade destes jovens ao lhes negar direitos, ao estigmatizá-los de acordo com sua cor, sua roupa e o local onde moram. O juvenicídio relaciona-se diretamente com a identificação e classificação de identidades e condutas dos jovens, apresentando-os como revoltados, perigosos, criminosos etc. e cria lógicas que culpabilizam esses jovens, que os excluem socialmente como subalternos, numa espécie de morte simbólica através da humilhação, da desesperança e que podem gerar, além de tristeza e depressão, ódio.

Considero que el juvenicidio implica una responsabilidad de Estado como garante de la seguridad de la ciudadanía, además de que existe participación y responsabilidad directa de figuras de Estado en la muerte persistente y sistemática de jóvenes

latinoamericanos, reducidos a la condición de lo que he definido como iuvenis sacer. (VALENZUELA, 2019, p. 64).

Deste modo, quando comentei sobre a lacuna conceitual e metodológica existente nas políticas públicas em socioeducação, esta lacuna também pode ser considerada juvenicídio, pois não se preocupa em atualizar os mecanismos e avançar os debates sobre uma população que morre diariamente, mantendo a discussão ainda na linha do punitivismo e da segurança pública. O juvenicídio, portanto, tem uma responsabilidade direta do Estado que, ainda segundo Valenzuela (2019), não só ceifa a vida de um grande número de jovens a quem são atribuídas condições de vida, culturas e identidades subalternas, como tem ação direta na consumação deste processo, que inicia na precarização de vida destes jovens.

Richardson

Richardson iniciou muito bem com os acompanhamentos, participando de eventos e sendo frequente nos atendimentos. Os pais do jovem são separados e ambos envolvidos com o tráfico de drogas, porém, atualmente estão em facções rivais. Por conta disso o jovem tem dificuldade de circular em diversos territórios e, após o cumprimento da medida, passou a residir com os avós paternos. Aos finais de semana ajuda os avós com o trabalho em uma reciclagem, afirma que gosta de ler, jogar futebol, de costurar e disse que quer seguir com o trabalho de artesão e se aprimorar, realizando mais cursos nesta área. De vez em quando visita a avó materna, disse que quer aumentar o contato com a família de sua mãe e está muito empolgado com essa possibilidade. O avô de Richardson também é bem participativo e acompanha o neto em alguns atendimentos. Em um destes atendimentos ele conta melhor o contexto familiar:

- A mãe dele tem uma filha de uns oito anos mais ou menos e mora na praia com o marido, que também é traficante, o senhor sabe... O Richardson não se dá bem com esse padrasto, quando teve lá estavam sempre brigando, inclusive de se bater mesmo... Já o meu filho, pai dele, mora numa cidade ali do lado da nossa e tem uma empresa, mas que é de fachada pra lavar dinheiro, na verdade é tudo do tráfico. Foram os amigos do pai dele que levaram esse guri pra fazer coisa errada. Mas agora não sei o motivo, meu filho não quer mais saber dele, parece que brigaram, eu não sei... Eu aceitei dele morar comigo porque não ia ter com quem ficar lá na mãe dele, parece que até uma morte ele viu e não tá podendo pisar lá. Mas ele sabe que vai ter

que seguir minhas regras se quiser morar com a gente e continuar indo na psicóloga, que isso ajudou bastante ele eu percebo...

Após alguns meses o jovem deixa de comparecer nos atendimentos e ligo para o avô:

- Olha... O que aconteceu foi o seguinte... O Richardson saiu um dia daqui e foi lá pra casa do pai dele, daí sei que brigaram lá e ele voltou aqui um dia, sem falar nada, pegou umas coisas dele e saiu. Só ficamos sabendo que ele foi morto lá na praia. A gente foi ficar sabendo depois pela outra avó dele que ele tava indo lá visitar a mãe dele, teve lá e disse pra ela que ia passar o final do ano na praia com a mãe, que não tinha visto ela ainda e tava com saudade da irmã... A gente acha que foi alguém que reconheceu ele e matou. Se tivesse ficado aqui não tinha acontecido isso, mas eles nunca ouvem a gente... Nem a mãe dele sabia que ele tava indo lá ver ela, só ficou sabendo que ele tava lá depois que morreu.

De Volta Ao Brasil

A socióloga brasileira Berenice Bento apresenta a definição de **necrobiopoder**, ao considerar que necropoder e biopoder são indissociáveis para se pensar a “relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam os marcos do Estado-nação” (BENTO, 2018). Para a autora, na história brasileira do Estado, “*dar a vida e dar a morte*” não podem ser pensados separadamente. Assim, Bento se distancia da posição de Foucault, segundo a qual o Estado moderno tem como fundamento “fazer viver, deixar morrer”, já que o verbo “deixar” sugere que o Estado não irá desenvolver políticas de morte, contudo, há uma reiterada política de fazer morrer, com técnicas planejadas e sistemáticas.

Dessa forma, o Estado aparece não apenas como agente fundamental que distribui de forma diferencial e não igualitária o reconhecimento de humanidade e de direito à vida, mas também atua de forma ativa na promoção de morte. O necrobiopoder seria, portanto, um conjunto de técnicas de promoção da morte a partir de “atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver.” (BENTO, 2018, p. 04). Utilizo este conceito daqui em diante por concordar com a autora que biopoder e necropoder são intrínsecos e que há práticas sistemáticas de morte pelo Estado que *deixam morrer* e

fazem morrer certas populações. Além disso, já que estamos falando do contexto brasileiro, creio que faça mais sentido utilizarmos conceitos que se vinculam mais diretamente com a nossa realidade.

Para Cavalcante (2020), há um tipo de jovem específico (negro e morador da periferia, tido como um dos grandes responsáveis pela violência) que tem constituído um dos perfis que mais sofrem violências. Esses alvos, portanto, não são escolhidos por mero acaso. Barbosa et. al. (2022) apontam que em bairros mais pobres há uma predominância da população negra: “Sabemos que essas mortes têm cor e endereço, sendo as principais vítimas os jovens, pobres, negros e moradores de territórios com precário acesso às políticas públicas e sociais.” (BARBOSA et. al., 2022, p. 108).

Inclusive, podemos pensar, quantos serviços totalmente públicos para os jovens existem nas periferias do Brasil? O que temos de políticas públicas na área do lazer, cultura e do esporte que não sejam projetos sociais independentes ou completamente sucateados? O que nós temos é quase nada, vivemos uma falta de estímulo para a juventude, um juvenicídio em pleno exercício. A maioria dos jovens que conheci e passaram por uma medida socioeducativa se acham (em suas próprias palavras) *burros* por não conseguirem acompanhar o modelo educativo vigente, mesmo que sejam brilhantes. Por conta disso, passo a me questionar também sobre o que as políticas públicas em educação têm feito para se tornarem atrativas e evitar a evasão? E a situação só piora se analisarmos a quantidade de turmas na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) que foram fechadas nos últimos anos. Além disso, qual é exatamente o caráter educativo da socioeducação brasileira na prática? E podemos pensar ainda: a quem se deve educar? Apenas os jovens ou a sociedade?

Sarzotti (2015) considera que as relações de poder permitem a criação de possíveis falas e enunciados linguísticos que fabricam efeitos de realidade em um contexto histórico. Já Scisleski (2010), explica que há uma produção social imperceptível que cria o jovem em conflito com a lei. É possível afirmar, ainda, que no Brasil há uma íntima relação entre juvenicídio e o racismo estrutural com “políticas y lógicas de guerra utilizadas contra los jóvenes pobres y afrodescendientes, que incluyen posiciones racistas, excluyentes y autoritarias que frecuentemente utilizan la violencia y masacran a jóvenes pobres afrobrasileños.” (VALENZUELA, 2019).

Para Scherer (2022), o **racismo estrutural** é um dos principais pilares de sustentação do juvenicídio na realidade brasileira e a construção ideológica da ideia de um inimigo na chamada guerra às drogas, cria uma cortina de fumaça que oculta as raízes dos reais impactos da desigualdade social. Por conta disso, a feição jovem, pobre, negra e moradora da periferia assume um perfil eminentemente suspeito e passível de violência estatal. Cabe ressaltar que, segundo Costa (2021), todo o racismo é estrutural, ou seja, o racismo é um elemento que integra toda a organização econômica e social da sociedade e que por ser uma estrutura, perpassa todas as instituições e relações na sociedade. É possível perceber ainda que – no país que vive o mito da democracia racial – a guerra às drogas é a desculpa perfeita para autorizar a violência de Estado sobre a população negra, mas que oculta o racismo ao deslocá-lo para a figura do traficante e dos territórios deflagrados. Nesse contexto, segundo Costa (2021), mais do que controlar e adestrar os sujeitos indesejados, o confinamento espacial nas periferias trata de manter a figura do inimigo restrita aos espaços territoriais para oportunamente serem eliminados ou deixar que se eliminem.

Algo muito parecido já ocorreu em outro momento da história, como relatei na primeira parte dessa pesquisa, sobre o processo após a escravidão no Brasil, em que se perseguia a população negra sem dizer que era por conta da cor, através da proibição de sua cultura, de sua religião, do direito à terra e com expulsão dos seus territórios. Para alguns autores, “essa nova figura do inimigo-traficante passa a ser cada vez mais associada a um amplo espectro de jovens negros, vítimas de desamparo institucional e do desemprego, estereotipados como bandidos” (BARROS, BENÍCIO, BICALHO, 2019, p. 38).

Neste ponto, espero que tenha ficado evidente que, em síntese, há um **sistema necrobiopolítico de classificação dicotômico** na América Latina, em especial no Brasil, que cria a figura do menor de idade infrator, tido como bandido, em contraposição ao jovem considerado trabalhador, de família, cidadão de bem. Essa classificação racista é apenas uma das que permitiriam criar os inimigos internos, ou seja, figuras matáveis a quem o juvenicídio irá incidir. Há, portanto, uma lógica dualista e culpabilizadora que gera inimigos sociais:

O racismo institucional, casado à expressão discriminatória e à violência racista do país, se configura nessa necessidade de distinção e, portanto, de inferiorização do outro que se pretende explorar e, também, exterminar. A ascensão de negros e negras

a bens de consumo veio casada com um aumento abrupto da violência sofrida por essa parcela da população como uma resposta sistêmica para que as desigualdades baseadas nas hierarquias raciais permaneçam. (COSTA, 2021, p. 72).

Essa mesma lógica racista, envolta pela supremacia branca, é que definirá quais sujeitos jovens serão considerados ressocializados ou infratores, vulneráveis ou não vulneráveis, organizados ou desorganizados, os interessados e os que “não querem nada com nada” e assim por diante, no caso dos que se atribuem atos infracionais. Lembrando que, ao considerar como a socioeducação foi pensada originalmente, essa lógica deveria ser totalmente inversa. Contudo, essa dualidade ainda é utilizada na socioeducação como forma de distinção e oposição para atuar sobre a conduta das juventudes. E esse sistema – aliado ao mito da meritocracia, o qual comentarei mais adiante – ainda colabora para reforçar a culpa no sujeito, enquanto a mídia tem contribuído de forma grave na criminalização da juventude, reforçando o mito da impunidade.

A população em uma reação imediata ao bombardeio televisivo, também passa a exigir penas mais severas e duras para os adolescentes, levando a crer que o aumento da violência urbana está diretamente relacionado à “impunidade”, e não causas estruturais, agravadas pela falha das políticas sociais que deveriam prevenir e enfrentar a questão. (PAIVA & OLIVEIRA, 2015, p.44).

Por conta disso, as discussões e articulações para lidar com os jovens envolvidos em atos infracionais, conforme aponta Paiva e Oliveira (2015), passam a ser abordados como instrumentos de controle e vigilância pela mão repressiva do Estado, já que os jovens que não se integram na sociedade seguirão sendo punidos e enfrentando o encarceramento massivo, até mesmo como resposta ao pânico social à figura do “de menor”, do meliante mirim, trombadinha, pivete, entre outros adjetivos utilizados pela mídia sensacionalista para estigmatizar essa população.

Cabe ressaltar, ainda, que apesar da crença de impunidade que recai sobre a socioeducação, há uma responsabilização sobre os jovens que pode ser considerada até maior do que o mero punitivismo, que é muitas vezes esperado pela sociedade, já que o jovem tem o seu tempo de permanência na medida avaliado principalmente pela sua capacidade de refletir e se responsabilizar sobre o ato em que se envolveu. Ressalta-se ainda que, segundo Waiselfisz (2016), mais jovens morrem por arma de fogo do que matam no Brasil. Então por que não há tanta indignação quando um jovem pobre e preto morre do que quando ele mata?

Como são considerados os matáveis, por não terem função dentro do sistema socioeconômico e perturbarem a ordem estabelecida, não há indignação nem pedidos por justiça diante de suas mortes, ao contrário, seu noticiamento, geralmente, vem acompanhado de um comentário do tipo: “mas ele (o adolescente) era envolvido com drogas”. (PAIVA & OLIVEIRA, 2015, p.46).

Segundo Scherer (2022), essa construção da ideia do inimigo sustenta os discursos sobre a “guerra às drogas” e é fomentada pela grande mídia que cumpre um papel fundamental na construção social desse perfil supostamente responsável por desestabilizar a “ordem” e que precisa ser combatido e destruído. Para o autor, a análise dessa realidade precisa ser compreendida para além dessas perspectivas dualistas que geram lógicas culpabilizadoras. Outros autores colaboram nesse aspecto ao considerarem que não se pode pensar nesse tema pelo prisma individual, “tendo em vista as desigualdades estruturais, e as consequências que marcam a nossa forma de sociabilidade nos marcos do sistema capitalista”. (PAIVA & OLIVEIRA, 2015, p.46).

E ainda, como dito anteriormente, proteção e controle se confundem na legislação brasileira, havendo políticas em socioeducação pautadas nos direitos humanos, atuando pelo sistema de garantia de direitos, mas sob dispositivos disciplinares e de vigilância. Assim, pode-se dizer até mesmo que não há dicotomia entre a juventude considerada vulnerável e outra criminosa, já que são vistas pela sociedade da mesma maneira e acabam por serem governadas pelos mesmos dispositivos de controle:

Frequentemente nos deparamos com formas de intervenção para essas populações simultaneamente vitimizadas e criminalizadas onde o termo vulnerabilidade constitui um eufemismo para sua caracterização como (no mínimo) potencialmente violenta e perigosa. (FAUSTINO & HÜNING, 2015, p.104).

Essa indefinição entre controle e proteção nas formas de intervenção gera, inclusive, certos contrassensos jurídicos, como relatos de jovens que teriam recebido medidas de internação como forma de proteção para garantir sua integridade física e para que saíssem de uma situação de vulnerabilidade social extrema. Há, ainda, diversos relatos de jovens com histórico de um único ato infracional, que não se envolveram em novos atos após o início do processo jurídico, que constituíram família, que já estavam trabalhando quando a sentença de internação saiu e que foram recolhidos mesmo assim. Nesse caso, quem os julgou não avaliou o prejuízo na ruptura dos vínculos e considerou apenas a responsabilização jurídica sobre um fato

já superado e a gravidade do ato ao rigor frio da lei ao invés de considerar os mecanismos de proteção que a própria legislação também propicia.

Assim, o adolescente também está à mercê do julgamento subjetivo dos agentes jurídicos que muitas vezes confundem responsabilização com a culpabilização que, em uma ótica neoliberal, individualiza a culpa no próprio sujeito por sua condição. Não é incomum no meio jurídico discursos sobre ressocialização por meio do trabalho e do mérito, além disso, as próprias políticas de socioeducação ainda permanecem centradas na profissionalização, no trabalho e, mais recentemente, na figura do jovem empreendedor. Nessa concepção, depende de o próprio jovem ter força de vontade ou não, já que teria liberdade para buscar as oportunidades que estão disponíveis escolhendo por conta própria afastar-se do que não é bom e aproximar-se do que seria correto. Costa (2021) faz uma análise crítica sobre essa perspectiva individualizante:

Se são pobres, se não têm sucesso na educação, ou não são adequados para o trabalho, "isso é pela falta de méritos individuais". Em uma sociedade dita "livre, não racista e de mercado", aqueles que têm mérito aproveitam as oportunidades. Por isso, o problema não é social, mas é individual, dos piores, dos fracassados, daqueles que não têm inteligência, disciplina ou persistência individual. (COSTA, 2021, p. 2385)

A autora ainda completa que essa visão de mundo sustenta desigualdades e se constitui em uma "violência simbólica" (COSTA, 2021, p. 2385), enquanto Mantalof et. al. (2022), contribuem com esse debate ao afirmarem que o jovem periférico é visto enquanto mão de obra barata e há uma cobrança para que tenha acesso ao mercado de trabalho, mesmo que não sejam oferecidas condições para que ele se desenvolva e acesse esse direito. Scherer e Gershenson (2016) argumentam ainda que as formas de governo das juventudes pobres disseminam uma noção de controle por meio da educação e do trabalho, em uma visão romântica de desenvolvimento pela profissionalização, tornando esse uma das poucas alternativas oferecidas pelas políticas públicas para juventude:

Nesse sentido, os jovens pobres são responsabilizados pela conjuntura de (des)proteção vivenciada, sendo a qualificação profissional colocada como alternativa para o enfrentamento a tal conjuntura, jogando para tais jovens a única responsabilidade por seu sucesso ou insucesso pessoal e da própria sociedade brasileira, ocultando o contexto de precarização do mundo do trabalho em suas dimensões estruturais. Sendo assim, a resposta das políticas públicas para a conjuntura de (des)proteção social das juventudes se resume a uma promessa civilizatória perversa, calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere que, por meio do acesso ao emprego, as manifestações da (des)proteção serão enfrentadas, o que se

apoia na ideia de que a falta de qualificação profissional é fator decisivo para a empregabilidade. (SCHERER & GERSHENSON, 2016, pp. 166-167).

Hadler (2010) argumenta que as necessidades dos jovens e seus direitos são, muitas vezes, deixados de lado e a vida do sujeito deixa de ser dele para passar a ser da sociedade, já que ele é visto como essencial para contribuir com a economia e o progresso em uma sociedade produtiva. Dessa forma, diversas políticas públicas e projetos sociais que supostamente surgiriam para garantir os desejos e as liberdades dos jovens, muitas vezes contribuem para limitá-los à sujeitos econômicos. “Desse modo, a gestão da vida acontece ao garantir os direitos à liberdade dos indivíduos: liberdade para ser o máximo que podem ser e capitalizar, liberdade para aumentar o potencial vital e produzir, liberdade para consumir.” (HADLER, 2010).

Volto a lembrar que essa lógica da ressocialização pela serviência e pelo trabalho nunca deixou de fazer parte das formas de governo dos jovens pobres e negros no Brasil. Como visto anteriormente, o que ocorreu no decorrer dos séculos foi apenas uma atualização destes dispositivos de origem coloniais, da disciplina para os biopolíticos. A catequização objetivou a docilização de crianças indígenas e negras para a exploração no trabalho escravo pela religião e obediência. No processo de industrialização, com a necessidade de mão de obra jovem e barata nas grandes cidades para o trabalho pesado como operários, as casas de correção focaram na lógica do trabalho por meio da ideologia positivista.

Na ditadura, a ideia nacionalista de êxito econômico e progresso da nação por meio do trabalho árduo continuou subjetivando e nos anos noventa, com os modelos neoliberais, seguiu se consolidando a ideia de desenvolvimento pessoal por meio do trabalho, da profissionalização tecnicista. Atualmente, o empreendedorismo mostra-se mais uma alternativa vantajosa para o mercado, que passa a investir nesse modelo dentro das políticas públicas de socioeducação visando formar jovens motivados a trabalhar por conta própria, muitas vezes sem necessidade de formação profissional ou de contratos formais de trabalho: o empreendedor de si, o *homo oeconomicus*⁸.

⁸ Foucault (2008a) remeterá à figura do *homo oeconomicus* para explicar esse modo de vida que, para os liberais, substitui o homem da troca pelo empresário de si mesmo. Sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda. Assim, este homem econômico e a sociedade civil tornam-se indissociáveis: “Logo, homo oeconomicus e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal” (FOUCAULT, 2008a, p. 403). Para o autor este mecanismo biopolítico

Isso acaba por gerar ainda mais estigmas na população jovem e pobre que não possui uma ocupação, inclusive há sempre uma espécie de suspeita que paira sobre os grupos de jovens que se reúnem com o intuito de se divertir, como se o lazer para a população periférica fosse proibido ou como se esses jovens só se reunissem para fazer alguma coisa errada. Por conta disso, é praticamente impossível encontrar um só jovem preto e/ou que resida em vila, favela e que não tenha levado inúmeros “enquadros” ou “paredões”, ou seja, que não tenha passado por inúmeras abordagens policiais pelo simples motivo de estar reunido com outros jovens. É possível compreender, dessa forma, que nas populações de baixa renda o lazer e a ociosidade não são bem vistos, ainda mais em uma sociedade capitalista que valoriza o trabalho. Pois, mesmo com o desemprego em alta e um alto nível de exigência no mercado de trabalho, há uma ideia – alimentada pela ideologia neoliberal – de que é possível trabalhar pela via do empreendedorismo e da informalidade, mesmo sem ter formação profissional, precisando apenas de força de vontade. Assim, se populariza a economia de compartilhamento e a flexibilização do trabalho como um novo tipo de economia contemporânea, contudo, o que deveria teoricamente ser uma renda extra, se torna o principal ganha pão das famílias de baixa renda, frente às altas taxas de desemprego e as sucessivas crises econômicas nos países em desenvolvimento.

Soma-se, ainda, a crise ocasionada pela pandemia de COVID-19 que a partir de 2020 impactou ainda mais na renda das famílias em um período histórico de pouquíssimo investimento na área social. Por consequência, a exploração do trabalho se torna cada vez mais brutal através da precarização, sem vínculo empregatício e pagamento por demanda, com excessivas e exaustivas jornadas de trabalho e baixa remuneração. Mesmo após a OMS considerar o fim da emergência de saúde pública sobre a COVID-19 em 2023⁹ e uma certa retomada da economia, percebe-se que o trabalho informal, sem vínculo empregatício ainda faz parte da realidade de muitos jovens no país, sustentado pela ilusão de que se pode mudar de vida por conta própria, bastando apenas se esforçar e trabalhar cada vez mais. Essa descartabilidade é mais um sintoma do juvenicídio, que cria para muitos jovens um

permitirá que os sujeitos passem a ser capturados mais facilmente pela lógica capitalista e muitas vezes ainda incorporem subjetivamente a figura do empreendedor de si sem se darem conta desses dispositivos de controle.

⁹<https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19>

“horizonte distante e até mesmo inalcançável o direito de sonhar e planejar um futuro, considerando a necessidade de superação de tantos obstáculos no cotidiano apenas para manter seu direito à vida.” (SEIMETZ & BRAGAGNOLO, 2022, p. 207).

Costa (2021) afirma que esse contexto econômico e social gera empobrecimento e precarização, além de condições sociais e econômicas desfavoráveis, com sistemáticas violações de Direitos Humanos e legitimação da eliminação de populações consideradas supérfluas:

Nesse contexto, amplos setores da população são considerados supérfluos e residuais. Pessoas que, embora sejam vidas presentes, a presença não faz falta para o funcionamento social e, mais ainda, atrapalha. A sociedade contemporânea segue seu curso, em regra, sem um rumo definido. Mas, para que siga o modelo econômico, social e cultural que é positivo para apenas uma restrita parcela da população, descarta sujeitos, não dá importância à sua eliminação, ou pior, justifica tal eliminação por alguma falha individual, propriedade dos sujeitos eliminados. (COSTA, 2021, p. 2363)

É evidente, portanto, que o trabalho atua diretamente nesse sistema dicotômico e dualista de diferenciação em um Estado necrobiopolítico que atua pelos interesses de mercado. Ao assumir a centralidade no âmbito da socioeducação, o trabalho torna-se um dos principais mecanismos para atuar sobre as juventudes tidas como infratoras. Assim, ao não ser mais possível governar os ingovernáveis, transformando-os em produtores e/ou consumidores dóceis, esse Estado necrobiopolítico atuará através do juvenicídio gerando diversas violências, seja através da guerra ao tráfico, da violência policial estimulada pelos próprios governantes ou da falta de acesso à alimentação, moradia ou condições básicas de sobrevivência. Ou, ainda, minando as subjetividades juvenis, sem perspectivas de futuro ou desenvolvimento pessoal.

Dessa maneira, para os que não se recuperarem através dos mecanismos de controle e punição em meio fechado, para os que não se ressocializarem e se adaptarem aos moldes de uma sociedade produtivista através da profissionalização e do trabalho, caberá ao Estado lidar de forma violenta, autorizando seu extermínio:

Se no capitalismo liberal os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados na expectativa de que fossem transformados em cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família; hoje, no neoliberalismo, não são mais necessários ao mercado, são supérfluos, suas vidas de nada valem, daí o extermínio. (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005, p.346).

Costa (2021) constata ainda que apenas determinados grupos são alvos de controle necropolítico e que esses grupos não são escolhidos por acaso, mas, sim

construídos histórica e socialmente. No caso das crianças e principalmente dos jovens que são o nosso foco aqui, segundo a autora eles sempre foram vistos como adestráveis e passíveis de civilização (mesmo que isso esteja associado também em outros países com a questão do juvenicídio) e, no caso do Brasil se criou uma identidade subjetiva que construiu os jovens periféricos de modo que se justifique sua eliminação. Cabe refletirmos o quanto essa realidade ainda se assemelha (mesmo após mais de 130 anos da abolição) a uma lógica escravocrata em que o indivíduo deveria se submeter ao controle disciplinar e ao trabalho ou não teria valor. Assim, podemos perceber que a vida relativizada e a morte dessa população não são fatalidades ou mero acaso e “decorrem de processos históricos e sociais, da ação direta do Estado, ou da omissão histórica, não protetiva.” (COSTA, 2021, p.2388).

Ava

Ava possui 17 anos, está no 1º ano do Ensino Médio e realiza aprendizagem profissional. No primeiro atendimento disse que gostaria de manter-se no trabalho como aprendiz até conseguir um estágio e que futuramente quer seguir estudando, trabalhar de carteira assinada e seguir a vida. Comenta ainda que tem interesse na área da contabilidade.

Realizou diversos cursos quando esteve internada e antes de passar pela internação já trabalhou em loja e em um supermercado. Ela conta também que seu maior sonho é conseguir alugar ou comprar uma casa e solicitar a guarda de sua irmã e seus outros dois irmãos maternos pequenos, que atualmente estão em acolhimento institucional em um abrigo, afastados do convívio com a família. Inicialmente irá morar com a mãe que é pensionista e o padrasto que trabalha na construção civil. Já seu pai possui boa condição financeira, mora na região central da cidade e é sócio de um estabelecimento comercial familiar.

Sua mãe nos informou que a filha havia se afastado “*das más companhias*” e a jovem seguiu por quase um ano sem nenhuma intercorrência, estudando, trabalhando e procurando vagas de estágio. Até que sua mãe nos ligou um dia pedindo ajuda, disse que a filha segue trabalhando, mas que teve algumas faltas na escola e voltou a “*fazer coisas erradas*”, que estava com medo que ela “*se envolva em algo novamente*”.

Em um dos acompanhamentos sondamos a jovem sobre as faltas na escola. Ele disse que não estava fazendo nada de errado e que faltou algumas aulas para ficar com os amigos em uma quadra próxima da escola. Contou ainda que conheceu nesse grupo o gerente de um *fast food* que pediu seu currículo para uma vaga de trabalho em tempo integral e que ela iria fazer uma entrevista.

Posteriormente Ava concluiu a aprendizagem e o acompanhamento conosco, sua mãe disse que estava conversando muito com a filha e que ela estava “*mais calma ultimamente*”. Um ano

depois, contudo, ficamos sabendo que ela cumpriu outra medida por mais três meses e, assim, Ava retorna para o nosso serviço. Nesse novo período a jovem comparece em um único atendimento e depois, sempre que eu ligava, percebi que logo desligavam o telefone.

Após perder o contato consegui falar com a mãe da mesma, depois de mais algumas tentativas. Ela disse que a filha havia falecido recentemente e que ela não avisou antes, pois, estava “*sem graça*” e não sabia como nos dar a notícia. Percebi que seria importante um atendimento com ela e marcamos para a semana seguinte.

No atendimento compareceu além da mãe de Ava também seu pai. Mesmo separados por alguns anos, eles disseram que estavam lidando juntos com a perda da filha. Ela disse que Ava estava morando sozinha e trabalhando, mas que também começou a traficar novamente para conseguir mais dinheiro, pois desejava levar os irmãos para morar junto já que ela, a mãe, não tinha condições de ficar com eles.

Contou ainda que a filha faleceu trocando tiros com um rival e que ambos morreram nesse confronto. Ainda disse que estavam indo buscar o último salário da filha na empresa em que ela trabalhava e finalizou: “*ela sempre nos ajudou, fez tudo pra me ajudar. Mesmo sem ela aqui, parece que ainda deixou uma última coisinha pra ajudar nesse final de ano*”.

Durante a nossa viagem pelos conceitos, você pode perceber que trouxemos as histórias de Yure, Anton, Raimundo, Richardson e Ava. Além de passarem pelo sistema socioeducativo e terem suas histórias atravessadas pelo juvenicídio, todos foram vítimas do extermínio necrobiopolítico da juventude no Brasil. Acabaram, assim, com um final trágico, seja pela ação direta do Estado ou pela violência urbana, ocasionada pela guerra ao tráfico de drogas.

A morte de Yure pode passar inicialmente uma sensação de segurança para algumas pessoas mas, se analisarmos melhor, ela é apenas o reflexo de uma sociedade violenta. Essa morte não acaba com a violência, pelo contrário, só reforça a que vivemos diariamente. O tempo vai passar, vão morrer outros como ele, dia após dia, e nunca estaremos seguros de fato. Anton, por sua vez, nasce de um crime ocorrido dentro de um espaço e sob o ordenamento estatal. Ele é a figura do *homo sacer* moderno, está fora do ordenamento social. Anton aparenta, em sua fala, ter consciência disso, de que não era desejado sequer pelos próprios pais. Já Raimundo, escancara a necropolítica, a banalização da morte, sua família o expõe como a vítima que precisa ser exposta, mostrada, escancarada, denunciada.

No caso de Richardson, o seu desejo imediato de estar em família no ano novo vale mais que o seu futuro. Para quem talvez não vislumbre o próprio futuro, vale qualquer risco para ter o que mais quer, para sentir-se novamente amado. Já Ava, estava na linha divisória deste sistema de classificação dicotômico, que seleciona as vidas matáveis conforme também suas ações e suas escolhas. Contudo, a jovem não conseguiu superar o juvenicídio ao não ter êxito em vencer suas dificuldades sozinha, através apenas do trabalho. Dessa maneira, o ato infracional se torna uma alternativa para que Ava realize seu maior desejo, contudo, é isso que acaba tirando sua vida.

Me questionei se incluiria ainda histórias diferentes dessas, já que existem também diversas outras sem finais trágicos, contudo, tenho consciência de que elas ainda estão sendo escritas. Além disso, creio que seja preciso contar essas histórias para que não se tornem apenas mais um número. Sabemos que os números podem chocar, mas imaginar que esses jovens possuíam sonhos, desejos e planos pode chamar ainda mais a atenção para o tema do juvenicídio e das formas de governo da população na socioeducação. Para finalizar essa parte, apresento a história de Kevin:

Kevin

A história de Kevin é uma das mais emblemáticas, mas, ao mesmo tempo, contém diversas lacunas, como se sua biografia fosse uma peça arqueológica que foi sendo escavada e depois montada pedaço por pedaço para investigação dos indícios ou vestígios deixados por ela. O início de sua trajetória pelos serviços de atenção se dá em 2002, a partir de seu nascimento. Desde bebê Kevin realizava acompanhamento psiquiátrico em razão do uso abusivo de drogas pela genitora. Seu pai o registrou, mas não há qualquer outra informação sobre ele além da que já é falecido.

Por ser órfão de pai e mãe desde a infância, Kevin passou grande parte desta etapa da vida em abrigos, sendo acompanhado posteriormente pelos serviços de saúde por conta do uso de drogas. Filho de uma família numerosa, aproximadamente entre nove filhos, durante sua infância e adolescência Kevin e seus irmãos tiveram algum cuidado da avó materna, contudo, o vínculo entre eles se fragilizou visto as inúmeras dificuldades encontradas pela avó para acompanhar os netos, especialmente em relação à saúde mental de Kevin.

Não demorou muito para que ele se envolvesse em atos infracionais análogos ao tráfico de drogas e em 2019 tem sua primeira passagem no sistema socioeducativo. Na ocasião estava com 17 anos, foi aprendiz e realizou diversas oficinas enquanto cumpria medida em meio fechado. Encontrava-se prestes a fazer sua carteira de artesão e seguia com o acompanhamento pelo serviço de saúde mental da Cruz Vermelha. Teve essa medida extinta no mesmo ano e

aderiu ao serviço de acompanhamento ao egresso, passando a residir novamente em um abrigo. O plano era ainda de seguir com os estudos, estava no 5º ano do Ensino Fundamental e estudaria à noite em uma escola próxima ao abrigo.

Nesta época, segundo o próprio jovem, ele gostaria de concluir o Ensino Fundamental e juntar dinheiro para abrir sua própria barbearia. Sobre a saúde mental de Kevin no período, os documentos apontam apenas que ele não pretendia seguir com o tratamento medicamentoso, mas que concordou em seguir indo uma vez por semana para atendimento em saúde mental. As equipes que o atendiam nesse período comentavam que Kevin tinha “*algum comprometimento cognitivo*”, mas que não era especificado, pois, como ele não era maior de idade o psiquiatra da unidade não poderia emitir laudos com CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças), contudo, sequer alguma hipótese diagnóstica foi emitida pela equipe de saúde mental durante sua internação, para que os profissionais do abrigo e do acompanhamento ao egresso pudessem seguir com os encaminhamentos com qualidade.

Dez dias depois da extinção de sua medida, o jovem já estava integrado aos demais adolescentes do abrigo, estava também frequente na escola e participando de atividades em um centro de convivência próximo. Kevin estava sendo medicado, mas não foi especificado quais medicamentos usava naquele período, estava seguindo tratamento psicológico e o psicólogo que o acompanhava citou a hipótese diagnóstica de “retardo mental leve”. Contudo, no início do ano seguinte Kevin evade do abrigo e não se tem mais notícias dele. Por conta da suspensão dos serviços por causa da pandemia de Covid-19 fica ainda mais difícil de localizá-lo, tanto que não há nenhuma informação oficial do jovem durante todo o ano de 2020.

Em 2021 Kevin cumpre uma nova medida de internação, mas dessa vez passa apenas por uma internação provisória de 45 dias no sistema fechado, não sendo possível identificar por qual ato infracional. Assim, em dezembro do mesmo ano ele é desligado desta segunda medida. Neste momento Kevin estava com 20 anos, cursava o 6º ano do EF e passou a residir com uns tios em outro Estado. Por estar fora do Rio Grande do Sul as informações desse período são rasas e não se sabe detalhes desses familiares, nem outras informações do jovem

Kevin reaparece novamente em 2022 em uma terceira passagem pelo sistema socioeducativo gaúcho. Segundo o relato da equipe técnica que atendeu Kevin neste período, estava morando com os tios em outro Estado, numa situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, sem trabalho, estudo e tratamento em saúde mental e que quando foi solicitar a segunda via da carteira de identidade para conseguir um trabalho, constatou-se que havia uma nova medida socioeducativa em aberto para ser cumprida no Rio Grande do Sul. Assim, Kevin retorna ao centro de internação provisória, volta a frequentar a escola e a realizar tratamento em saúde mental nesta unidade socioeducativa até ter sua medida extinta em março daquele ano.

Após a extinção dessa terceira medida no início de 2022, Kevin não poderia residir em um abrigo por já ser maior de idade e a equipe da unidade não indicava que ele retornasse para a mesma situação socioeconômica precária com seus tios. Por conta disso foi localizada parte da família materna de Kevin, porém, seus avós não queriam receber o mesmo e, assim, um irmão mais velho de Kevin, que morava sozinho num apartamento alugado em um município da região metropolitana de Porto Alegre, aceitou recebê-lo e auxiliar em seus cuidados.

Agora, após a realização de exames clínicos, Kevin já possuía um diagnóstico em saúde mental com CID de Transtorno Esquizoafetivo (CID-10 F25) e Déficit de Inteligência (CID-10 F79), sendo sugerido o tratamento em saúde mental no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) de sua cidade, agora que possuía esse diagnóstico, contudo, por um erro da instituição na qual ele estava internado, não foi realizado o encaminhamento formal à rede de saúde mental do município onde o jovem residia. Por conta de ter aderido ao acompanhamento de egressos, este serviço articulou a mudança no referenciamento para o CAPS mais próximo de sua residência, assim como a matrícula em uma escola do bairro. Foi feito contato com a supervisão da escola e suas professoras ficaram de auxiliar em suas dificuldades. Este processo todo, porém, demorou e dificultou o tratamento de Kevin, que ficou sem medicação por um período, gerando uma desorganização que dificultou sua vinculação ao CAPS.

Outro fato que ocorreu nesta mesma época foi que o jovem poderia receber uma bolsa por estar estudando e o seu CID também permitiria que Kevin solicitasse o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pleiteasse vagas de trabalho para pessoa com deficiência (PCD), contudo, constatou-se junto à Receita Federal que o CPF do jovem foi utilizado indevidamente para algum tipo de fraude e por conta disso estava bloqueado, até que um processo fosse aberto para investigar o caso. Assim, Kevin não teria como abrir conta bancária nem utilizar outros serviços financeiros até que a situação de seu CPF fosse regularizada.

Kevin, contudo, seguiu vinculado ao acompanhamento de egressos e no começo estava estável. Afirmou ter interesse em fazer um curso de barbeiro, pois já tinha iniciado outro, anos atrás, no centro de convivência que frequentava quando estava no abrigo, disse ainda que gostaria de trabalhar nesta área e desejava abrir uma barbearia. Se comprometeu, ainda, a seguir estudando e a realizar o acompanhamento em saúde mental. Nesse período também foi realizado um trabalho de vinculação familiar para ampliar sua rede de apoio. Conforme sua avó, Kevin é marcado por perdas e abandonos significativos e, além de seus genitores, ele também tem um outro irmão já falecido. No segundo semestre de 2022, mesmo sem receber auxílio financeiro e com certas dificuldades financeiras, Kevin e seu irmão participaram de algumas atividades, porém, a vinculação ao CAPS e a adesão ao tratamento se tornou difícil. Kevin vinha demonstrando resistência para tomar a medicação, alegando que não sentia diferença entre antes e depois do tratamento. Retirava mensalmente ácido valpróico na farmácia pública, mas o irmão estava com dificuldades para custear a risperidona, já que nenhum serviço estava subsidiando o medicamento e, para que não ficasse sem o tratamento medicamentoso nesse período, chegou-se até mesmo a doar-se pela equipe algumas cartelas desse medicamento.

Até que em setembro de 2022 Kevin deixa de comparecer e perdemos contato com o mesmo. Por conta disso iniciamos uma busca ativa e ao ligarmos para a escola descobrimos que na mesma semana ele também evadiu das aulas e sua professora conta que antes de faltar ele estava com uma boa vinculação e desempenho escolar satisfatório. Conseguimos também o contato com a avó do jovem e ela conta que soube por outro familiar que ele e o irmão foram novamente para outro Estado trabalhar com o tio, mas que não possuía o contato deles.

Em outubro de 2022 Kevin reaparece com pensamento desorganizado e contando algumas histórias desconexas. Afirma que voltou para Porto Alegre, pois seu tio e tia haviam roubado

sua mochila e que o seu irmão ainda estava morando com seus tios. Não contou como conseguiu voltar sozinho novamente e disse não ter o contato dos seus familiares. Contatamos a tia que reside em Porto Alegre e ela se disponibilizou a ficar com Kevin até localizarem seu irmão que provavelmente não estava sabendo de seu paradeiro. Contudo, Kevin falou que não iria para a casa desta tia em Porto Alegre argumentando que ela era louca. Disse que estava dormindo em um albergue, pediu dinheiro para passagem e com a nossa recusa e insistência para que procurasse sua tia ele acabou indo embora.

No mesmo dia a Assistente Social do abrigo disse que o jovem também esteve lá, mas que logo foi embora sem avisar. Combinamos de articular um atendimento se o jovem retornasse e, se ele colaborasse, levaríamos em conjunto para a emergência em saúde mental. No dia seguinte, Kevin retornou ao abrigo, mas, não aceitou ir até a emergência. Ela disse que ele não foi agressivo, mas estava muito resistente. Convidaram o jovem para almoçar e enquanto ele almoçava ficamos pensando em alternativas. Como não estava violento não era o caso de chamar a SAMU e essa hipótese também foi descartada rapidamente para não fragilizar os laços com a equipe. Contudo, não conseguiram sensibilizar o jovem para o atendimento com a rede de saúde mental e, após muita conversa, Kevin reforçou que estava em um albergue e aceitou buscar apoio no CREAS (Centro de Referência de Assistência Social) onde possui vinculação com a Assistente Social do serviço.

Quando o jovem saiu acionamos a equipe do CREAS explicando a situação e relatando que estávamos tentando o atendimento na emergência de saúde mental com ele. Depois soubemos que Kevin não esteve no CREAS, mas a equipe do abrigo confirmou que ele dorme lá algumas noites e ficaram de auxiliar nas tentativas de encaminhamento em saúde mental. No final de 2022 realizamos uma articulação com todos os serviços que o jovem passou (FASE, Ação Rua, Albergue Municipal, Centro POP, CAPS e CREAS), visando um plano em conjunto para não o deixar desassistido e para tentar que o mesmo retome o tratamento em saúde mental, porém, nenhum dos encaminhamentos foi efetivo sem a ajuda da família. O irmão ainda estava morando longe, o restante da família não quis participar desses encontros e Kevin também evitava contato com os demais familiares. Enquanto ainda estava circulando por esses serviços ele compareceu algumas vezes mais tranquilo, aparentando estar alimentado e com as roupas limpas, contudo, não se vinculou ao tratamento em saúde mental e nem à família.

Em fevereiro de 2023 Kevin foi desligado do acompanhamento ao egresso, pois, havia evadido do serviço e, além disso, teria concluído a idade limite de 21 anos para se manter ativo. Em abril do mesmo ano seu irmão compareceu solicitando cópia de seus documentos e disse que estava tentando sua internação compulsória. Um mês depois Kevin reapareceu mais magro e desorganizado em seu pensamento, com discurso fantasioso e desconexo. Imaginamos que havia fugido da internação e tentamos contato com seu irmão e toda a família, mas não conseguimos contato. Kevin falou que estava em contato com o irmão e que o teria visto recentemente. Disse que estava “fazendo outras caminhadas” e deu a entender que estava envolvido novamente com facções. Se mostrou bastante resistente e evasivo e, conforme íamos fazendo alguns questionamentos no atendimento, o jovem ia ficando mais agressivo. Contatamos o serviço de abordagem social para pessoas em situação de rua e fomos orientados a chamar a SAMU, contudo, conforme seu comportamento, e sem ter algum familiar para

acompanhar, sabíamos que ele não seria levado. Assim, sem conseguirmos avanços, oferecemos um lanche ao jovem e depois ele foi embora. Depois ficamos sabendo que ele ficou circulando pelo prédio antes de sair definitivamente.

Em agosto de 2023 soubemos que Kevin havia falecido, sendo assassinado por uma facção rival numa emboscada. Seu irmão nos contou que foram gravados vídeos de sua morte, que foram compartilhados através de aplicativos de mensagens como demonstração de poder e domínio entre as facções.

Apresento esse relato, pois a história de Kevin é muito simbólica e parece uma espécie de alegoria para todas as outras histórias, de tantos jovens excluídos socialmente que encontram no tráfico uma espécie de ressignificação de si mesmos. Histórias como a de Kevin escancaram, desde o seu nascimento, as falhas em praticamente todas as políticas públicas em sua vida. É necessário refletir como podem adolescentes com deficiência serem responsabilizados como jovens sem deficiência? Um jovem com deficiência que comete um ato infracional vai para o sistema socioeducativo como qualquer outro adolescente, sem distinção. E esse jovem não é atendido com equidade, respeitando suas particularidades.

Além disso, quando um jovem faz 18 anos e sai de um abrigo, sabemos que existem algumas políticas públicas, mas elas dão conta de abarcar jovens com transtornos mentais, por exemplo? Já sabemos também que é na falha do Estado que o narcotráfico se fortalece, portanto, o que é feito frente à sedução das facções para jovens pobres que não possuem acesso à renda? Alguém sem mesmo ter o Cadastro de Pessoa Física ativo.

Há, portanto, todo um sistema burocrático que limita, que dificulta a superação dessas barreiras sociais, como se esses jovens vivessem o drama kafkiano de “*O Processo*”, em que o personagem principal se depara com o drama de encarar todo um procedimento administrativo desconhecido e que perdura por um longo período, sem conseguir sequer entender do que se trata. Uma burocracia que gera ritos absurdos e estapafúrdios e que criam barreiras para a autonomia, para a cidadania e que invisibilizam, que subjagam certas pessoas.

Afinal de contas, quem nunca ficou indignado com alguma situação burocrática, como ter que voltar em um lugar pela falta de um documento, uma assinatura ou um

carimbo? Quem nunca se sentiu diminuído em algum atendimento por conta da grosseria dos atendentes ou incomodado com longas filas ou extensos períodos de espera? Assim, muitos desistem e não encaram certas barreiras por simplesmente se sentirem intimidados ou diminuídos por esse sistema.

Kevin e muitos outros são as vítimas fatais do juvenicídio que anula até a morte.

Outono

Um jovem e sua irmã aparecem no nosso serviço e não conseguiam explicar muito bem a razão ou o que estavam buscando.

Isso até acontece de vez em quando, algumas vezes as famílias não conseguem se expressar muito bem e nesses casos pegamos o nome para ver se já fizeram parte do nosso serviço e vamos investigando, auxiliando essa família para compreender melhor quais as demandas e o que podemos fazer. Assim, descobrimos que ele queria saber sobre uma conta no banco e queria a cópia do seu documento de identidade.

Verifiquei que ele foi encaminhado para o nosso serviço pela rede assistencial fazia uns quatro anos atrás e que a técnica de referência dele era uma colega que não trabalhava mais conosco, então fui buscar seus documentos e vi que não havia muita coisa no seu cadastro. Lendo o seu histórico identifiquei apenas que ele nem chegou a dar entrada no nosso serviço por ter sido preso e que a pena era de três anos. Não comentei isso com a família, mas deduzi que ele havia recém saído do sistema prisional e que buscava seguir adiante.

Por ele ter sido reincidente, ter ultrapassado a idade limite e o tempo para solicitar a reentrada no serviço, ele não poderia seguir sendo acompanhado conosco. Expliquei sem expor a questão prisional de que não poderia retornar ao serviço, mas ele disse que nem tinha interesse e afirmou que queria mesmo era arrumar um emprego e trabalhar. E sobre os documentos eu lhe disse que não tinha cópia de nenhum por ele não ter enviado na época e sobre a conta fui entender que ele queria saber se havia algum dinheiro nela, pois ele abriu uma quando trabalhava, mas agora não sabia nem o número da conta.

Expliquei que poderia ir ao banco com a identidade e solicitar a informação, ao que ele disse que não tinha o documento e que havia ido hoje fazer a segunda via e não havia mais fichas

disponíveis. Respondi que infelizmente para tudo que ele gostaria, como ver o status da conta e conseguir um emprego ele precisaria da identidade. Perguntei se estava estudando e ele disse que parou no oitavo ano e se ele tinha currículo e ele afirmou que sim.

Orientei ele e a irmã que o caminho seria primeiro fazer a identidade e até que ficasse pronta ele procurasse um emprego informal. Com a identidade pronta ele poderia ir ao banco e verificar o status da conta, se havia algum dinheiro, além de procurar vagas de carteira assinada e voltar a estudar para que houvesse melhores oportunidades de trabalho.

Após eles irem embora fiquei refletindo com a equipe sobre esse jovem ter saído do sistema prisional para um limbo. Pela falta de um documento ele é invisível socialmente, até que consiga se livrar das amarras da burocracia ele não tem direitos, não é um cidadão. Sem documentos, sem renda, sem trabalho, sem possibilidade de estudar e até de consultar em uma unidade de saúde. É preciso muita força de vontade para negar uma proposta do tráfico que não exige documentação, escolaridade, bons antecedentes e paga acima da média do mercado.

PARTE III

No momento em que escrevo isso é a primeira semana de 2024 e estou contente com o andamento do trabalho até aqui. Consegui adiantar nas férias uma boa parte da dissertação, mas pretendo pedir um prazo maior na orientação para que eu consiga terminar as três partes que me propus a fazer. Mas imagino, contudo, que quem acompanhou essa narrativa até aqui possa estar curioso sobre o caso do gato (ou da gata) que contei estar miando na rua semana passada. Passamos dias sem avistar, mas nesta semana olhei para baixo, na janela, e a vi atravessando a rua. Está em ótimo estado, parece estar se alimentando e o pelo está bem cuidado.

Apesar de ninguém ter comentado nada nos grupos online de vizinhos do prédio e do bairro sobre ser de alguém e mesmo sem ter coleira, nós achamos que possa ser de alguém e que no dia que estava miando pudesse ser por conta de estar no cio. Se for isso, infelizmente não é uma gata castrada, mas de alguma forma percebemos ser um pet comunitário, que vive nas redondezas e só aparece no meio da noite. Não desistimos, porém, de tentar trazer para a nossa casa, visando sua

segurança e para cuidar melhor, mas não encontramos ainda nenhuma maneira de aproximação. Mas voltando aos objetivos do tema de pesquisa em questão, nesta parte minha pretensão é, antes de finalizar, fazer uma aproximação e articulação da psicologia nesse debate, sobre qual a contribuição e quais os possíveis papéis da psicologia neste tema. Além disso, pretendo também propor algumas sugestões sobre o tema. Me parece que logo chegaremos ao fim dessa jornada, pelo menos para você que lê.

Neste momento da escrita, ainda terei muito o que ajustar e afinar, mas a minha noção de tempo também tem passado voando, só enquanto escrevo e ajusto essa página já se passaram mais de vinte minutos (ou vinte semanas?). É... Talvez a marcação de tempo não faça tanto sentido aqui, vamos ter que pensar nesse tempo também como heterotópico a partir de agora, sem muito contexto de velocidade e de início, meio e fim... ou meio, fim e início... ou bem... como fazer sentido para você.

Apenas para ilustrar, ao chegar ao final desta página já estou em abril de 2024 e desde então evoluí muito na escrita. Essa parte final é, assim, resultado dessa caminhada. Ah, e apenas para concluir o mistério, não... Nunca mais vimos o gatinho...

E A PSICOLOGIA, O QUE TEM A VER?

Inverno

É um dia de sol e vamos acompanhar dois jovens que vão participar de um evento sobre empreendedorismo social. Decidimos pedir um táxi e meu colega vai na frente, enquanto eu vou no banco de trás entre os dois jovens.

O motorista é um senhor de idade que usa óculos de grau antigo de aros grossos. Usa ainda uma camisa tão branca quanto os cabelos que ainda lhe restam na cabeça e tem um bigode amarelado, aparentemente por anos consumindo cigarros.

Seguimos viagem com as janelas abertas e o ar frio da rua batendo no rosto. Um dos jovens e conhecido por ser muito falante e espontâneo, de repente ele fala para o motorista:

- Não tem ar nesse carro, ô véio?

O motorista segue sem falar nada, faz um silêncio no carro e o mesmo jovem emenda:

- Depois a gente rouba um desses e é ruim ainda...

Olho para o jovem com desaprovação, ele faz uma cara de insatisfeito e eu começo a rir baixo tentando fazer que ele não perceba. O mesmo jovem começa a conversar com o outro e vai contando suas histórias:

- (...) *mas eu não uso lente de contato, tá louco... minha beleza é natural, 'pae'... Mas o negão lá perto da 'baia' usa e pega várias 'mina', olha a foto do negão...*

Ele começa a mostrar a foto no celular para todos do carro e estica o aparelho para o motorista:

- *Olha aqui véio, a foto do negão de olho azul...*

Nesse momento sinto um misto de “vergonha alheia” com uma vontade de chamar sua atenção para que tenha respeito, mas me controlo e espero a reação do taxista:

- *Tô vendo, é bonito!*

- *Óh, olha aí até o véio achou bonito o negão, viu galera...*

Senti um alívio pelo motorista ter entrado na brincadeira e depois, pensando melhor, imaginei que o taxista já estivesse acostumado com os mais diferentes tipos de passageiros. Assim, a viagem seguiu normalmente; o gelo já estava quebrado.

Para pensar mais profundamente sobre a Psicologia, fico pensando sobre as questões sobre a saúde mental que, mesmo com os meus privilégios, várias vezes fiquei sem possibilidade de manter a terapia, por exemplo. É inquestionável a importância do acompanhamento terapêutico, mas com o tempo entendi que não se pode cobrar que todos façam terapia em um país como o Brasil, com diversas barreiras sociais, sendo que individualizar a questão da saúde mental só faria sentido em países ricos.

No sistema público, para conseguir atendimento psicológico atualmente (pelo menos em Porto Alegre e adjacências), é preciso primeiro passar por atendimento em uma Unidade de Saúde (US). Se o médico registrar a necessidade de atendimento, ele encaminhará ao CAPS, porém, como o tempo de espera é longo, em muitos casos o próprio clínico receita medicamento sem ocorrer o acompanhamento psicológico. Mesmo quem possui convênio médico atualmente precisa de avaliação do médico, que irá definir quantos atendimentos serão liberados. O período é limitado, o tempo de cada sessão é mais curto. No particular, mesmo com valores sociais, o valor de uma terapia é pesado para a renda das famílias pobres. Portanto, a ideia de

atendimento clínico para todos é ainda uma visão paliativa no país mais ansioso do mundo e quinto mais depressivo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁰.

"O debate a respeito dos problemas sociais não adentra a formação básica da graduação do psicólogo. Não se trata, então, de criticar o atendimento individual, mas sim a pura e simples transposição de um modelo clínico para um trabalho que requer dimensões sociais e políticas muito mais abrangentes. A formação maciça em clínica prepara para uma relação dual, importante, mas com aplicação pouco eficaz para a inserção na comunidade." (PAIVA & YAMAMOTO, 2010, p. 155)

Portanto, é papel fundamental da Psicologia trabalhar de uma maneira mais ampla para atenuar problemas estruturais não só como ansiedade, depressão e transtornos mentais, mas também as desigualdades sociais, a falta de acesso às políticas públicas, à violência estatal e o juvenicídio. Na psicologia clássica, muitas vezes parece que o foco é o sujeito e não se tem nada a ver com isso de problemas sociais. Será mesmo?

A psicologia teve e ainda tem um papel fundamental na transformação da sociedade e na construção das políticas públicas, principalmente as da socioeducação. Foucault (1987) comenta sobre o aparecimento de profissionais da disciplina, da normalidade e da sujeição na formação e no crescimento da psicologia. Até hoje é evidente o constante jogo de forças entre a manutenção de certas práticas psicológicas já superadas frente ao surgimento de outros modos de fazer psicologia. A própria definição de adolescência e juventude que se tem atualmente como plural, "segundo características históricas e sociais" (CONJUVE, 2006, p. 5), ainda hoje é abordada por alguns profissionais de psicologia através de conceitos fixos e deterministas, advindos de uma visão desenvolvimentista sobre os sujeitos, desconsiderando aspectos sócio-históricos.

Baseada em modelos normativos, a psicologia hegemônica contribuiu diretamente na socioeducação para a categorização dualista entre ressocializados ou infratores e vulneráveis ou perigosos, por exemplo. Não é incomum encontrar psicólogas e psicólogos na área que defendam antigas lógicas paternalistas e medicalizantes e que banalizam certas violências nas unidades de internação, como a contenção medicamentosa de adolescentes; ou não ofertando o tratamento adequado para os que possuem transtornos mentais, deixando-os em segundo plano

¹⁰ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-26-dos-brasileiros-tem-diagnostico-de-ansiedade-diz-estudo/>

e sem os cuidados e encaminhamentos necessários, de acordo com suas particularidades. Não é incomum também observar dos profissionais da área da socioeducação como um todo (não só da psicologia) diversos discursos conservadores, com comentários que julgam e estigmatizam jovens pobres e em conflito com a lei ou que criticam políticas sociais como as de acesso à renda ou à educação, por exemplo. Não é difícil encontrar, ainda, certos julgamentos preconceituosos, como se qualquer pessoa que more na periferia estivesse em situação de vulnerabilidade, precisando de apoio constante da assistência social para lhe retirar de uma situação considerada de pobreza.

Abro um parêntese para dizer que não se trata de generalizar profissionais da socioeducação ou de criticar suas práticas e o seu trabalho como um todo, pois vê-se diversos profissionais na área que se dedicam ao trabalho e possuem uma postura crítica, ética e até mesmo dissidente frente às práticas e as produções de saberes e verdades produzidos pelos modelos institucionais vigentes na socioeducação. Porém, é possível notar nos últimos anos um aumento dos discursos de ódio¹¹ e dos casos de racismo e homofobia nas muitas falas e atitudes abomináveis que nos chegam todos os dias – através de gravações divulgadas na internet e meios de comunicação – por diversas pessoas em amplos setores da sociedade, sem distinção de área profissional ou classe social.

Você pode notar que, de tempos em tempos, surgem diversos projetos de lei e diversos estudiosos e políticos falando na TV ou em outros locais na mídia sobre a redução da maioria penal, ou ainda aparecem diversas notícias sobre os altos índices de mortes violentas que incidem sobre os jovens. A situação piorou nos últimos anos com o aumento de falas e atitudes cada vez mais violentas, muitas até por políticos e pessoas que deveriam trabalhar em prol de toda a população, sem diferenças. Há, ainda, um apoio aberto à violência por parte de diversos grupos, incluindo os próprios agentes de Estado e políticos nas mais diversas esferas governamentais¹². Também temos visto diversas ações violentas em operações

¹¹ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/10/crimes-de-odio-na-internet-tiveram-aumento-de-quase-70-no-primeiro-semester>

¹² <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/25/bolsonaro-elogia-acao-policial-que-deixou-22-mortos-na-vila-cruzeiro-rj.htm>

policiais ocorridas em favelas no Brasil, muitas que terminaram em chacinas, aclamadas pela opinião pública¹³.

Considerando todas essas questões trazidas até aqui, não é tarefa fácil problematizar nesse período da história recente as atuais políticas públicas de socioeducação, que foram conquistadas por meio de fortes práticas de resistência frente aos setores mais conservadores da sociedade e que são elogiadas por alguns estudiosos da área como um avanço em termos de legislação. É mais difícil ainda essa tarefa quando também se é oriundo de uma classe socioeconômica que só conseguiu acessar e concluir o ensino superior através de políticas sociais. Ranieri (2014) também se questiona sobre como problematizar as Medidas Socioeducativas a ponto de mapear aquilo que lhe permite subsistir e ao mesmo tempo não ser apanhado por armadilhas fascistas, como não alimentar discursos que são justamente contrários ao nosso trabalho e que se utilizam de argumentos conservadores e até mesmo discriminatórios.

Por isso, percebo como crucial romper com todas essas lógicas de domínio ao refletir que é meu papel ético, enquanto profissional e pesquisador, atuar questionando-me constantemente sobre minhas práticas e discursos. Vejo ainda que é papel ético da psicologia avaliar o tempo todo as próprias práticas para não naturalizar e aceitar o que está posto; para evitar uma posição de saber universal, reduzindo os efeitos da reprodução de discursos soberanos e problematizando as relações de saber-poder; além de questionar os lugares que ocupamos e as forças que nos atravessam. Ser um profissional que considere esses aspectos me permite, portanto, considerar os lugares que produzo e que ocupo no campo de pesquisa, entendendo o caráter político das minhas intervenções, ou seja, com um *ethos* de pesquisador e profissional implicado com a pesquisa e o meu trabalho.

Queremos escapar do modo de ser especialista que afirma uma verdade única, universal, eterna e a-histórica; aquele que fala sempre sobre algo, que fala sempre de fora; aquele que não se percebe implicado e, portanto, não se coloca em análise. (COIMBRA & NASCIMENTO, 2015. p.189).

Segurança pública, justiça, educação, assistência social, psicologia, ciências sociais, saúde, entre outras áreas, disputam o tema da juventude, relacionando

¹³ <https://piaui.folha.uol.com.br/chacina-sem-capuz-e-estatizacao-das-mortes/>

diretamente com a pobreza, a violência e o tráfico de drogas. Logo, é necessário revisar o papel dos atores envolvidos na criação e na execução dessas políticas de socioeducação no Brasil, através dos discursos utilizados sobre a juventude e os interesses envolvidos nas formas de governo dos adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais. Legisladores, juízes da infância e juventude, gestores públicos, diretores de casas prisionais e profissionais e teóricos especializados na área da juventude e da segurança pública, por quem e para quem atuam(os)?

Busca-se, na socioeducação, um modelo – como o nome mesmo já diz – educativo, mas ainda não o alcançamos, tendo em vista que em grande parte não abandonamos a cultura do menorismo e o modelo punitivo de uma política pública que mantém os sujeitos privados de liberdade, conservando o caráter disciplinador que busca criar corpos dóceis e preparados para o mercado de trabalho, como força produtiva. Além disso, discursos conservadores como o da redução da maioria penal, a criminalização da juventude e guerra às drogas vivem um intenso debate social e político contra discursos progressistas, contra os direitos humanos e a proteção integral no campo das políticas públicas em socioeducação, fortalecendo mecanismos necrobiopolíticos como o juvenicídio.

Até mesmo por isso é delicado tensionar as políticas públicas em socioeducação, já que obtivemos avanços significativos na área com as últimas legislações, mas isso ainda é insuficiente. Além disso, poderia dizer que essa articulação entre psicologia e socioeducação é um assunto tão complexo que renderia um artigo inteiro, mas não creio que seja o nosso ponto focal reforçar o papel que a psicologia teve esse tempo todo na socioeducação. Contudo, não poderia deixar de falar sobre esse tema para tentar provocar, problematizar e tensionar colegas da psicologia para olhar adiante, mesmo que eu seja apenas um pequeno ator neste processo.

Entendo, assim, que precisamos tomar essas trincheiras de luta por uma transformação, não somente contra os retrocessos e para manter esses direitos; mas precisamos, também, lutar por mais avanços, rompendo com muitas das lógicas normativas ainda existentes nas políticas de socioeducação, visto que atualmente as casas de detenção se multiplicam mais que os programas sociais de prevenção à violência para os adolescentes; o controle e a punição se sobrepõem à emancipação

e ao cuidado de si e a produção de mão de obra possui mais evidência que acesso ao lazer, esporte e cultura no âmbito da socioeducação.

Apesar de sua vocação para a normatividade, a psicologia também pode se constituir como uma potente ferramenta questionadora do normal e da “verdade”. É nesse sentido que essa ciência pode contribuir na perspectiva de colocar em análise as formas de governo e de sujeição que nos subjugam e, conseqüentemente, nos subjetivam, bem como também a produção de outros modos de subjetivação. (SCISLESKI & GUARESCHI, 2010, p.167).

Para Scherer (2022), compete à psicologia problematizar as políticas de precarização da vida dos segmentos juvenis a partir de enquadramentos que os tratam de maneira estigmatizadas e como não cidadãos. Para o autor é imprescindível que a psicologia possibilite outras direções ético-metodológicas, visando a transformação das condições sociais seculares do país.

Tomar a potencialização dos povos e as lutas por democracia e o enfrentamento da desigualdade como horizonte ético-político de formação, produção de conhecimento e práticas em Psicologia produz uma fissura monumental nas diretrizes e bases da Psicologia enquanto ciência moderna e europeia. (SCHERER, 2022, p. 41).

É perceptível, portanto, que há um grande problema quando se fala em proteger jovens chamados de vulneráveis ou de responsabilizar jovens e quem se atribui o cometimento de ato infracional, pois essa suposta proteção ou responsabilização tem se mostrado ineficiente para criar uma força contrária à violência e as mortes que acometem os jovens no Brasil. Por isso que combater as formas de governo que subjugam essa população, combater o juvenicídio e os saberes postos como verdade pela ciência psicológica normativa é fundamental para contribuir com um novo modelo que atue junto com esses jovens, buscando formas de atuação que rompam como o modelo vigente, pautado no colonialismo e no controle dos corpos.

A psicologia precisa ajudar a quebrar o *status quo* da normatividade que auxiliou a construir no decorrer dos séculos, pois ela tem muito a ver com a criação e a manutenção de discursos sobre a juventude considerada infratora e cabe à ela auxiliar em uma mudança sistêmica nos modos de atuação com esses jovens e na mudança de paradigmas e dos discursos conservadores que circulam na sociedade e que fomentam práticas de violência, que violam direitos humanos e baseiam-se em modelos racistas, coloniais e higienistas, que permitem a criação de inimigos e a

produção de sujeitos matáveis. E para além, a psicologia tem o dever de contribuir no combate aos mecanismos do necrobiopoder e o juvenicídio brasileiro.

Vamos pensar no jovem que vê muitos morrendo em sua volta, um vizinho por falta de atendimento médico, um colega morto pela polícia, um primo assassinado por uma facção rival... Isso, com o tempo, faz com que se torne normal a morte e banal a vida. O mundo é a vila ou a favela em que vive e ele não encontra outro meio de se destacar nessa realidade, de melhorar de vida, de ter autoestima, de ter respeito que não seja o tráfico. Ele não sonha além, pois não tem muitas referências, não vislumbra além do que tem ao redor. Crescer de outra forma, ter mobilidade social é um sonho tão alto que ele não visualiza dentro da limitação de suas possibilidades. Não é algo sonhável fora dali, fora da possibilidade da prisão e a morte. Sua morte pode parecer até um meio de ir embora como um herói, de ser lembrado como alguém que não se rendeu ao sistema. Ela não é uma possibilidade tão ruim para quem também assumiu o poder, o direito e o risco de matar. Quem mata também está sujeito a morrer e, nessa vida, é matar ou morrer. Curioso pensar que a figura do criminoso é aquela que assume o direito do monopólio de matar, que é um poder que apenas o Estado detém.

Vejo aqui que não há um problema individual, que uma psicóloga ou psicólogo irá intervir nesse jovem para mudar suas crenças centrais ou para facilitar um momento catártico. Há por trás todo um aspecto social, um problema estatal que não apenas mata jovens por meio das suas forças de segurança ou que permita que morram entre si, mas sim um problema que os deixa em uma situação precária de vulnerabilidade, que os definem como sem dignidade, como vidas matáveis, principalmente quando os tornam problemas sociais, quando os definem como os desajustados, que não incorporam a ideia de ser uma figura de esperança para um futuro melhor. Por conta dessa realidade, um sistema criminal racista e necrobiopolítico se alimenta e ganha uma nova ressignificação, mantendo na sua opressão uma hierarquia salvacionista, em que o encarceramento pode até proteger esses jovens da morte se estivessem soltos.

Para intervir nessa realidade, é necessário mais do que intervenções clínicas ou apenas programas de ressocialização, através da educação e da capacitação profissional ou atividades ocupacionais de esporte e lazer. Nem uma ótica que ataque os problemas sociais e que trate a juventude como objeto que precisa ser investido

para que não se torne uma ameaça. Uma solução também estaria longe de entendimento de que esses problemas sociais são carências, que sendo supridas essas supostas carências financeiras, profissionais, educacionais, culturais etc. se resolveria a situação. É preciso uma mudança além, a mudança de toda uma realidade social que permita ao jovem vislumbrar uma possibilidade real de emancipação que não sejam falácias neoliberais. Além disso, mesmo que a criação de políticas para os jovens seja algo recente, se comparada à história do Brasil, precisamos de programas efetivos para a vida desses jovens e não estratégias para reduzir números.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, é possível perceber mais recentemente uma diminuição no número de internações de jovens em medida socioeducativa no meio fechado, porém, não há comprovação da diminuição no número de atos infracionais no mesmo período¹⁴. Mais recentemente, também é notável no Brasil a redução do número de homicídios de pessoas negras, contudo, se olharmos a redução de homicídios de pessoas brancas no mesmo período esse percentual é quase o dobro. Assim, em um primeiro momento os números podem mascarar a verdadeira realidade, mas se olharmos mais de perto, a população negra ainda possui o dobro de chances de perder a vida no Brasil¹⁵ e não há informações oficiais sobre essa lacuna numérica entre o número de jovens no Rio Grande do Sul que cometem atos infracionais e que não estão cumprindo medida de internação. Eles estariam sendo encaminhados ao DECA (Divisão Especial da Criança e do Adolescente) e ao sistema socioeducativo?

É necessário, portanto, romper essas perversas formas de governo da população jovem, que desumaniza através de uma produção simbólica de jovens negros e pobres, que é seletiva, que produz inimigos fictícios, que encarcera em massa, que comete uma violência letal com essa população. Esse estado de exceção permanente coloca em xeque até mesmo nossa condição democrática enquanto país ao produzir vidas descartáveis, ao se pautar em uma lógica neoliberal, autoritária e colonialista. Para romper essas lógicas, faz-se necessária uma psicologia que além de crítica seja emancipatória, antifascista e decolonial. Uma psicologia que busque

¹⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/06/populacao-de-adolescentes-cumprindo-medida-na-fase-despenca-quase-70-no-rs-clj90abr200bk01510dda7fpx.html>

¹⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>

transformações estruturais e uma mudança de mentalidade social, para uma sociedade mais justa e igualitária, ao invés de esconder-se na sombra da ciência para manter-se na redoma asséptica do discurso médico da norma e de uma suposta neutralidade e isenção política.

Como já comentei anteriormente, é preciso uma reforma na socioeducação e é nosso papel contribuirmos nessas mudanças, mas ainda que eu comente bastante sobre as políticas públicas aqui, sabemos que elas não dão e nem darão conta de tudo. De alguma forma, podemos também auxiliar em uma mudança de discursos, que gere uma mudança de consciência social, para além da relação Estado-juventude.

Primavera

Tarde de sol no meio de uma semana qualquer no terraço de um espaço cultural. Famílias, amigos e casais compartilham o recinto de um renomado restaurante especializado em pratos espanhóis. Todos conversam animadamente enquanto petiscam algo entre os cappuccinos, macchiatos e cervejas artesanais depositados em suas mesas.

Repentinamente adentram o restaurante aproximadamente dez adolescentes, a maioria de pele preta e cheia de tatuagens, com figuras de palhaços, cruces e cifrões, inclusive no rosto. Um deles possui a imagem de uma lágrima tatuada abaixo dos olhos e outro tem um fuzil desenhado na têmpora. O choque cultural é tão grande que é como se duas galáxias tivessem colidido entre si, ocasionando uma fenda no espaço tempo. O tempo congelou, um multiverso foi aberto com duas realidades paralelas sobrepostas.

Para entender o que aconteceu aqui, vamos voltar uns dez minutos no tempo.

::::

Um grupo de jovens está em roda no último andar de um espaço cultural, enquanto um técnico social fala: - *Pessoal, finalizamos aqui nosso passeio e agora vamos comer...*

- *Mas peraí seu, e aquele lado ali a gente não vai ver?*

- *Aquele lado ali é um restaurante, tá vendo ali pelo vidro?*

- *Mas aquela parte ali tem uma paisagem tri pra tirar foto, dá pra ver o rio.*

- Bem... aquela área ali é uma parceria de uma empresa privada pra usar uma área pública, então acho que vocês podem visitar, mas, primeiro vou pedir permissão. Vocês todos querem tirar fotos? Pode ser? Então tá bom, vou lá e esperem aqui...

Na recepção do restaurante havia duas jovens que o atenderam de uma maneira tão formal que sentiu-se estar na sala de espera de algum dentista, agendando um tratamento de canal: - Boa tarde! Eu faço parte de um projeto social e estou com alguns adolescentes, eles gostariam de tirar fotos ali na área externa, por conta da paisagem. Posso entrar com eles uns 10 minutinhos só para eles fotografarem?

- Claro!

Ao olhar para dentro do restaurante ele soube o que estava por vir, ficou receoso pelo incômodo que os jovens poderiam sentir, mas admitiu para si mesmo que seria engraçado ver a cara dos clientes. Retornou aos jovens e disse: - Galera, quero dizer uma coisa pra vocês... É um ambiente elitizado, mas vocês podem circular por esse espaço como qualquer um lá, então tirem as fotos de vocês e não se intimidem.

Corta novamente para a cena anterior.

....

Os jovens entram no restaurante, passam pela parte interna e saem na área externa do terraço, enquanto um silêncio irrompe instantaneamente e todos os olhares se voltam. Eles encaram de volta os presentes, e o silêncio é interrompido por um dos jovens (o do fuzil tatuado) que diz: - êee playboyzada... Logo atrás entra uma mulher de crachá e camiseta de uma instituição acompanhada por outra mulher e um homem, usando os mesmos crachás e camisetas. Ela fala alto: - Muito bem pessoal, fiquem à vontade, não precisam correr para tirar as fotos e depois voltem para o corredor que estamos esperando vocês ali para irmos até o BK fazer nosso lanche.

Os três técnicos sociais saem e olham curiosos pelo vidro do lado de fora, alguns jovens mais tímidos retornam rapidamente, enquanto outros se reúnem, tiram fotos uns dos outros, riem e se divertem. No final retornam todos ao grupo no corredor para irem fazer o próprio *happy hour* regado a refrigerante liberado, enquanto a clientela do restaurante aguarda tensa e silenciosa em suas mesas, em choque, sem entender ainda o que havia acabado de acontecer ali.

PROPOSTAS, PISTAS E PITACOS

Quando iniciei esta pesquisa, antes mesmo de escrever o projeto, eu estava concentrado na questão do *paradoxo* das políticas públicas, como no caso da socioeducação, que na teoria deveria proteger e responsabilizar, mas que na prática pune e controla. Paradoxo também na questão do meu próprio trabalho, de tecer críticas ao meu campo de atuação, apesar de ainda acreditar nas políticas de socioeducação. Depois, na escrita do projeto de pesquisa, abordei inclusive no título a questão do *embolamento*, num sentido conceitual que vai ao encontro das definições de encruzilhada e de **cruzo**.

O cruzo é um conceito apresentado por Simas e Rufino no livro *Fogo no Mato: A Ciência Encantada das Macumbas*, de 2018. Esse termo está ligado ao conceito de síncope, uma forma de perceber a vida através do cruzamento de caminhos, em contraposição à uma leitura de mundo dicotômica, que insiste na superação de um lado pelo outro. Assim, o poder da síncope se inscreve no cruzo e o cruzo por sua vez atua como ação tática. “São essas táticas, fundamentadas nas culturas de síncope, que operam esculhambando as normatizações. Os cruzos atravessam e demarcam zonas de fronteira. Essas zonas cruzadas, fronteiriças, são os lugares de vazio que serão preenchidos pelos corpos, sons e palavras.” (SIMAS & RUFINO, 2018, p. 22).

Segundo os autores, são desses preenchimentos que emergirão outras possibilidades de invenção da vida, redefinindo o lugar de produção e manutenção do saber. O cruzo, portanto, para Simas e Rufino (2018), produz efeitos de encanto, através das encruzilhadas formadas por múltiplos saberes. Assim, o cruzo de histórias, trata desses caminhos que se relacionam e produzem vida.

A perspectiva lançada possibilita o desafio aos limites e oposições que fundamentam um mundo assombrado por determinadas lógicas normativas que recusam o cruzo como possibilidade. O desafio aqui é invocar e encarnar as potências que esculhambam os binarismos impostos; a dinâmica que emerge enquanto possibilidade é alteritária, ambivalente e dialógica. Aquele que esculhamba também fiscaliza e aquele que fundamenta a regra também cria a transgressão e exceção da mesma. (SIMAS & RUFINO, 2018, p. 119).

Alguns jovens costumam usar a expressão *embolamento* para explicar certas confusões, muitas vezes conflituosas ou até mesmo para falar do envolvimento em atos infracionais. O embolamento pode ser, portanto, uma confusão generalizada ou até mesmo uma briga, entretanto também pode ser utilizado no sentido da potência

dos encontros, sejam festivos ou para o cruzo de ideias, de criação e construção coletiva no encontro com o(s) outro(s). Do ponto de vista da psicologia social, existe o conceito de rizoma para definir essas tramas, esses caminhos que se cruzam e se relacionam pois, afinal, não vivemos isolados. Há toda uma trama social da qual fazemos parte.

Dessa forma, ao longo desta pesquisa, percebi duas coisas: a primeira é que esses dois operadores (paradoxo e embolamento) fazem parte de estruturas conceituais maiores, as quais busquei abordar ao longo desta escrita. O segundo fato que notei é que estes dois conceitos operam em direções opostas, ou seja, enquanto o *paradoxo* faz parte de um sistema necrobiopolítico de exclusão, o *embolamento* é o ponto de intersecção e encruzilhada na criação do comum no caminho ao assujeitamento. Por conta disso, iniciei esta terceira parte da pesquisa com uma espécie de manifesto voltado à psicologia, talvez de maneira até um pouco inconsciente estive inspirado pelo Manifesto de Bauru, (1987) e pela Carta de Bauru – 30 Anos (2017). E justamente desta epifania é que emerge minha proposta em termos de novidade e de maior relevância para a contribuição nesse tema.

A minha proposta aqui, portanto, é nos inspirarmos nesse movimento para que a socioeducação atue como uma espécie de dispositivo tal qual foi ou ainda é a luta antimanicomial. E que desta luta irrompa uma reforma na socioeducação aos moldes da reforma psiquiátrica: **a socioeducação como um novo dispositivo** no sentido foucaultiano, para mudar o modo como pensamos e agimos em relação aos jovens a quem se atribuem atos infracionais. Um tipo de dispositivo que intervenha para inverter os discursos que existem sobre esses jovens, exatamente como na luta antimanicomial. Ao inverter a lógica atual, seria possível extrapolar a atual dinâmica disciplinar da socioeducação e desenvolver ações com e para a juventude que produzam novos discursos e outros modos de subjetivação com os jovens no campo social, para gerar e manter a vida.

Seguindo nesse paralelo com a luta antimanicomial, apresento um trecho do Manifesto de Bauru de 1987 que ilustra bem esta proposta:

Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência.

O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada. (MANIFESTO DE BAURU..., 1987 p. 537).

Nesse sentido, minha proposta é que a socioeducação se torne também uma luta por uma transformação social, em defesa dos direitos e da cidadania de jovens a quem se atribuem o cometimento de atos infracionais, na perspectiva do cuidado sem o controle. Em defesa do protagonismo da juventude e contra a criminalização dos jovens negros e periféricos. Na luta por “um processo de educação permanente, por nenhum serviço a menos, nenhum trabalhador a menos e nenhum direito a menos. [...] Contra todas as formas de opressão e aprisionamento de subjetividades” (CARTA DE BAURU..., 2017). A partir desse dispositivo de luta proposto, caberia intervir para uma reforma no sistema socioeducativo brasileiro nos moldes da reforma psiquiátrica, em uma articulação nacional e com ampla participação social. Precisamos rever e definir de forma democrática e popular os referenciais teóricos e metodológicos da socioeducação, sua estrutura e organização. Com a criação de novos serviços e redes e a articulação de políticas públicas intersetoriais, numa luta conjunta também com os movimentos sociais. A reforma socioeducativa deve integrar os movimentos antirracistas, LGBTQIAP+, feministas, entre outros.

Para isso, precisa surgir da organização coletiva dos próprios trabalhadores em socioeducação e não das políticas de governo que não está preocupado em uma mudança. Uma prova disso é que nos últimos anos a maior parte dos investimentos foram para construir ou reformar novas unidades de internação e mais recentemente inicia-se um processo de cortes financeiros na área. Assim, se reformam apenas os modelos arquitetônicos, mas não os modelos de pensamento. Além disso, no Rio Grande do Sul, como em outros Estados, há um retrocesso nessas políticas públicas nos últimos anos ao se aproximarem do sistema penal e não investem na prevenção à violência.

Portanto, é necessária uma ampla reforma para um novo modelo de socioeducação que seja de fato educativo, que atualize suas referências conceituais e técnicas, que crie novas práticas de atuação e novas formas de fazer e pensar sobre essa juventude chamada de infratora. Um modelo que se afaste dos interesses nefastos do necrobiopoder e do capital, que não priorize o lucro e a exploração dos corpos jovens, que não fomente dicotomias, exceções, paradoxos, paralelos. Uma

socioeducação que priorize o direito básico da vida, da liberdade e que fortaleça conexões, encontros, cruzos e embolamentos e que vise educar os discursos da sociedade sobre os jovens, contra o estigma e o preconceito. Tal qual o dispositivo da luta antimanicomial se propõe, no diálogo para o respeito às diferenças e às minorias.

Verão

Realizamos uma roda de conversa neste dia e começo propondo a dinâmica: - *Pensei em passar alguns cliques ou algumas músicas hoje pra gente poder refletir sobre elas e trocar uma ideia. Mas eu queria saber depois um pouco do que vocês tão ouvindo, porque eu conheço mais é rap antigo e alguma coisa de slam...*

JOVEM 01 - *O que é slam, seu?*

EU - *Vocês não sabem? Alguém sabe o que é slam?*

[Todos se olham em silêncio...]

EU - *Não sei explicar bem, mas slam é tipo uma poesia rimada que tem umas competições...*

JOVEM 02 - *Batalha de rima? Isso eu conheço!*

EU - *É parecido com batalha de rima, só que não fica um disputando com o outro diretamente. É como se fosse mais um concurso.... Eu pensava que vocês conheciam...*

JOVEM 03 - *Eu ouço só funk, rap...*

JOVEM 02 - *Eu rap e trap também...*

EU - *Trap? Isso eu não conheço...*

JOVEM 04 - *O seu não conhece trap?*

JOVEM 02 - *Trap é tipo funk, só que mais lento.*

EU - *Vamos ouvir hoje então alguma coisa de slam e trap e eu vou pesquisar sobre os dois essa semana pra gente pensar na atividade da semana que vem.*

Seguimos com a proposta e no final da atividade o grupo estava indignado com o relato de um dos jovens que disse ter sofrido preconceito naquele dia. Conta que ao ir até um prédio comercial o porteiro havia sido grosseiro com ele, lhe tratando mal por conta de sua aparência.

JOVEM 01 - *Lógico que eu não aceitei cachorro e bati boca, mas a minha vontade mesmo era ter quebrado a cara dele...*

JOVEM 02 - *Depois o cara é ruim ainda se pegar um trouxa desse na rua.*

EU - *Cara, eu entendo totalmente a tua indignação, não tem como ter sangue de barata. Mas uma agressão só iria reforçar um estereótipo. Geralmente é o que ele espera de ti, às vezes até é interessante dar o contrário do que eles esperam.*

JOVEM 02 - *Tô ligado seu, tipo dar um tapa de luva, sair por cima.*

EU - *Sim, ao mostrar que tu pode ser educado tu já quebra a pessoa de uma outra forma. Mostra que tu não é igual a ele. Eu entendo que dá raiva e tu tá no teu direito de te indignar mesmo, mas agressão não vai levar a nada.*

JOVEM 01 - *Depois o prejudicado é o cara ainda, numa patifaria dessas aí.*

EU - *Tem razão, às vezes é melhor deixar passar na hora e transformar essa indignação numa outra coisa. Numa música ou igual a gente falou do slam. Não tô falando pra guardar pra ti, só reelabora isso que tu tá sentindo de uma outra maneira que não seja gerando mais violência.*

JOVEM 01 - *Boto fê...*

∴∴∴

Na semana seguinte, conforme o combinado, distribuo uma folha explicando o surgimento e a história do slam, do rap, do funk e do trap: - *Vocês faziam alguma ideia disso tudo?*

JOVEM 01 - *O cara até ouve, mas nem sabe às vezes essas coisas aí.*

EU - *Pensei em uma proposta um pouco diferente hoje, eu sei que tem dois de vocês aqui que fazem rima, quem sabe a gente não cria uma letra de trap?*

[Recebo olhares de desaprovação e outros impacientes. Ninguém me responde].

EU - *Vamo lá, gente! Vocês dois aí que já fazem rima ajudam.... Vamos pensar primeiro nos assuntos e palavras mais falados, depois a gente cria umas rimas...*

JOVEM 02 - *Mas nada a vê, seu.... Vamo fazer como? Tu não tá ligado que os caras falam das mina rebolar a bunda, fumar maconha e ficá de boas só e pá... Tu vai querer escrever isso?*

EU - *Ótimo! Então já temos dois temas, bunda e maconha. [Todos caem na gargalhada]. – Tô falando sério, o que rima com bunda? [Mais risos].*

JOVEM 03 - *Anota aí ôh seu... “Do fundo da minha quebrada, nós que faz a lei. Tudo que quero eu conquisto...”*

EU - *Boa! Enquanto eu anoto vamos pensando numa outra... Ninguém? Vou eu então: “O meu futuro eu que vou buscar, algum dia eu vou chegar lá”*

JOVEM 01 - *BÓOOOH, Aí seu... Veio forte hein...*

JOVEM 02 - *Ahaam*

EU - *Tá, agora eu quero ouvir de vocês dois... Vamo pensando aí numa outra frase. Tu te lembra de semana passada? O que tu queria ter dito praquele cara? Vamos pensando aí todo mundo, quem quiser escreve uma frase ou dita que eu escrevo e depois a gente junta tudo...*

[Assim, a resistência inicial vai sendo quebrada e no final criamos uma letra coletiva].

JOVEM 04 - *Tá seu, e agora qual vai ser?*

EU – *O que vocês acham da gente imprimir maior e deixamos exposto aqui na parede? Quem chegar vai ler o que vocês têm pra dizer. Na semana que vem vocês podem tirar umas fotos do lugar onde vocês moram, com o olhar de vocês da rua, da quebrada e a gente expõe junto também, que acham?*

JOVEM 03 - *Nasquiera, vamo dale!*

CONCLUSÕES PARCIAIS

Outono

Tu sabe quem eu sou?

Eu sou aquela que teve a casa invadida por dois PM, quando tava só eu e a minha amiga sozinha vendo TV. Revistaram a gente, passaram a mão em mim e nela, nos peito, em tudo. Tu sabe que nem pode, né? Era pra ter uma mulher junto pra poder revistar. Aí pegaram meu celular, até hoje não me devolveram, tá lá na delegacia. E me disseram assim “*cês tão traficando!*” e nada a vê, a gente tava vendo TV, eles que entraram revirando tudo. Disseram que se a gente falasse algo eles iam levar a gente por desacato e daí a gente ficou quieta e mesmo assim enxertaram droga na gente.

Daí quando eu tava no fechado não deram nada pra gente usar quando tava menstruada, tá louco!? Tu sabe o que é ficar com a roupa toda suja, com sangue seco fedendo já e tu não poder tomar nem um banho? Bah, não desejo isso nem pro meu pior inimigo, até os bicho eu acho que vão pro açogue são mais bem tratado antes de morrer. Fora que tinha umas daquelas puta, batia na gente ainda, pegar uma daquelas vagabunda na rua eu nem sei o que faço, ia quebrar a cara a pau, não ia deixar um dente na boca.

Não sabe ainda quem sou eu?

Sou a que na audiência a juíza mandou eu sair da sala que ia entrar os dois brigadiano de testemunha. Eu saí, mas fiquei ali no corredor e vi eles chegando, olharam bem na minha cara e entraram na sala da juíza e eu consegui ouvir eles dizendo na sala que não tinha como lembrar direito de um negócio que foi dois anos atrás, daí depois que eles ficaram um tempo ali já saíram me encarando de novo e a juíza me chamou de volta pra entrar na sala. Não tinha defensor, nada, parece que tava todo mundo online, só vi a juíza falar de uma tela lá e me perguntando um monte de coisa e quando tava indo embora passei por um deles de novo, ele tava no pátio do fórum e foi caminhando na nossa frente e olhando pra trás toda hora.

Daí quando eu e a minha mãe saiu do pátio do fórum veio um carro preto e pegou ele no portão, daí passou por nós e ele abaixou o vidro e me olhou de novo, daí o carro foi embora e a gente foi pra parada do ônibus, ficamo quase uma hora ali esperando e tudo que era carro que passava a gente cuidava com medo.

E aí? Quem eu sou?

Sou a que foi de novo pro fechado, mas que me embolei por causa do meu namorado. Eu tava fora, não queria mais fazer coisa errada, mais ele não queria largar. Tentei tirar ele do crime, meu tio ofereceu trabalho com ele nas obra e ele não quis, daí eu grávida né seu, não tinha como voltar pra casa da minha mãe eu barriguda, ela com cinco filho daí mais eu de novo e dali a mais uns mês uma piá pra dar mais trabalho pra ela? não dava... Daí depois ele já tava foragido, convenci ele de se entregá pra vê a filha dele nasce, mas antes disso aí caímo eu e ele, me pegaram embalando a droga pra ele dentro de casa.

Pari minha filha lá dentro e não deixavam eu ficar com a minha própria filha, acredita? acho que uma das dona lá se apegou com ela, não largava minha bebê do colo e não queria nunca me entregá, dizia que eu não sabia cuidá. Ficavam inventando que eu fiz coisa lá dentro só pra eu não ir embora e ficarem com a minha filha, queriam tirar minha filha, diziam que era linda, que queriam levar pra casa. Tá louco, se levassem minha filha eu fazia um bolo lá dentro, eu matava uma, deusolivre! Tu duvida?

Tá, mas quem eu sou?

Sou a que saiu antes dele, que eu ainda era de menor, mas ele já era adulto. Aí fui naquele negócio de fazer as visita, toda a semana levava as coisa lá pra ele, comida, pasta de dente, essas coisa... tinha que tirar toda a roupa e me agachar pelada, reviravam a gente do avesso pra ver se não tava levando nada nas visita íntima, tipo celular e droga. Daí nessas eu fiquei grávida de novo, dessa vez de gêmeos, mas não faltou nada pra mim que nessa época meu marido tava grande na cadeia e a facção dava pra mim tudo, rancho e dinheiro pra pagar umas conta, comprar um gáís. Só que antes dele sair mataram ele e eu com as criança pequena, pra não deixar morrendo de fome, deixava eles com a irmã deles e ia trabalhar pra sustentar a casa.

Já sabe agora quem eu sou?

Eu sou aquela que trabalhava dia e noite pra sustentar sozinha a casa, dava roupa e comida, não deixava faltar nada pra eles, dava tudo, só faltou dar atenção. Daí eles ficava o dia todo solto na rua enquanto eu tava trabalhando e os dois entraram pro crime. Imagina, eu morava em Alvorada e ia todo dia trabalhar de limpeza no shopping na zona sul de Porto Alegre. Saía de manhã cedo e voltava tarde da noite, quase não via eles. Daí quando de menor era eu indo lá de novo naquele esquema de visita. Visitava os dois, minha filha mais velha tava de maior, já trabalhava de doméstica com uma família bem boa, liberavam ela toda a semana pra ir lá também levar coisa pra eles pra mim.

Quem eu sou?

Desculpa a sinceridade, mas tu é muito lerdosa ô seu, eu sou a mãe dos guri que saíram do crime depois, tava os dois trabalhando bem direitinho. Um saiu primeiro, se formou e tá até hoje trabalhando numa empresa lá em Canoas, o outro se atrapalhou um pouco mais e por isso que mataram ele, um pecado com meu filho, já tava fora de tudo e tava trabalhando de Uber, tava pagando o carrinho dele.

Na noite que ele morreu ele mandou um áudio pedindo, olha... chego até a me arrepiar toda, tá vendo? Ele me pediu pra fazer a massa que ele gosta e eu fiz pra ele a massa, meu filho não chegou em casa pra comer... Desculpa, desculpa o choro... Mas até hoje eu não posso com massa, eu olho pra um prato de massa, eu boto uma massa na boca já me dá vontade de vomitar, meus filho são tudo pra mim, mesmo quando faziam coisa errada sempre ajudavam em casa, agora um tá no céu, cuidando de mim.

Mas e agora, tu já sabe quem que eu sou?

Eu sou mulher...

Esse tema não se esgota com o fim dessa dissertação, portanto, apresento aqui de maneira bem resumida o que parcialmente foi possível concluir através desta pesquisa, escrita, obra, empreitada... Com base nestas conclusões em aberto, espero auxiliar em novas discussões, embolamentos e que outras pessoas possam puxar o fio desse rizoma para gerar novos debates, cruzos e tensionamento na área, através das leituras-restauros dessa obra. Assim, creio ainda que um dos objetivos alcançados tenha sido o de contar histórias, de compartilhar narrativas e dar vida à personagens que possam servir de alegoria para auxiliar a responder o problema de pesquisa e que permitam uma reflexão mais aprofundada sobre nossa realidade social, através da arte de narrar. Foi possível perceber, portanto, a potência desse decalque e do descolamento da realidade na pesquisa, para gerar aprendizado pela vida desses jovens e, assim, talvez até novos conhecimentos de vida. Conclui-se, portanto, que não há objeto nesta perspectiva já que não há um olhar de um pesquisador de fora e que contar histórias nos aproximam.

Foi possível analisar, também, que há diversas abordagens na pesquisa sobre a socioeducação aos olhos da psicologia, mas que há um campo amplo da psicologia crítica que se debruça sobre o tema também em um desdobramento decolonial. Concluo, ainda, que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, já que no decorrer do texto foi possível identificar como atuam as formas de governo dos jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional no Brasil e, mais especificamente, no Rio Grande do Sul. Além de destacar como atuam, foi possível também perceber como surgiram as formas de controle dessa população, bem como os dispositivos utilizados e como se atualizaram esses mecanismos. Também foi possível verificar, através desta pesquisa, os discursos, as relações de poder e as construções de saberes e verdades que constituíram ou que ainda hoje atravessaram o tema da socioeducação no Brasil.

Nota-se, que na história do Brasil, a socioeducação passou por três paradigmas, iniciando com o do menorismo, passando pelo da proteção integral e, mais recentemente, pelo viés da garantia de direitos. Contudo, mesmo com essa evolução, certos paradigmas se mantêm e a doutrina do menorismo ainda é reproduzida em diversos discursos na área, em uma linha que ainda reproduz uma lógica punitivista e tutelar mesmo nos dias atuais. Esse paradigma é difícil de ser superado por conta de ter raízes nas mesmas bases fundantes da nossa sociedade, como o domínio colonialista, a catequização católica, a escravidão e o elitismo cultural e social.

Com o fim da escravidão, início da república, a industrialização e a reurbanização, o controle da população jovem, aliado ao racismo, seguiu com discursos de cunho positivista, onde o primeiro código de menores visava a ressocialização através do trabalho e da disciplina, controlando através de uma suposta proteção. Com as mudanças sociais após vinte anos de ditadura, o viés econômico manteve a centralidade, porém, visando docilizar os corpos, não só através da disciplina, como também da evocação ao trabalho como forma de diferenciação social. Mesmo com uma nova legislação com a abertura política, os discursos autoritários herdados da ditadura e o racismo se mantiveram nos debates sobre socioeducação, muito debatida ainda na área da segurança pública e da chamada “guerra às drogas”. Assim, mesmo com avanços, certos debates se

mantiveram, como a redução da maioria penal, por exemplo. Ou seja, essa guerra ideológica e algumas lacunas epistemológicas e metodológicas mantiveram a socioeducação com um olhar punitivista e centrado no trabalho, visando a diferenciação entre ressocializados e infratores pela capacitação profissional e geração de mão de obra pelo viés produtivista.

Além disso, percebemos através dessa pesquisa que a socioeducação está inserida no campo do biopoder, ou seja, das formas de controlar a vida e é atravessada por relações de poder. Assim, governar e gerenciar a população jovem na socioeducação obedece a parâmetros biopolíticos e que, ainda nestes jogos de poder, há sempre alguma forma justificar e controlar a produção de morte em certas populações. Neste ponto, é possível notar que alguns autores vão divergir sobre os mecanismos que vão autorizar a gestão da morte e também sobre como a produção de morte atuará sobre essas populações. Já no contexto brasileiro, o necrobiopoder servirá para explicar a produção de uma política de morte pautada no racismo.

Nas populações jovens, principalmente da América Central e do Sul, o termo juvenicídio surge como a definição de um fenômeno multifatorial e de diversas dimensões, que ganha espaço para contextualizar os aspectos que culminam na morte da população jovem negra e pobre. Dessa maneira, a necrobiopolítica permitirá o desenvolvimento de um sistema de classificação dualista na criminalização da juventude, ou seja, na identificação de inimigos fictícios ou de vidas descartáveis, as quais o juvenicídio poderia incidir. Assim, por conta da guerra ao tráfico, as políticas públicas de prevenção à violência não se tornam suficientes para combater o poderio do tráfico de drogas e, assim, muitas vidas jovens são cooptadas nesse vácuo que as políticas públicas deixam e, desse modo, muitas vidas jovens são perdidas, deixando desejos, planos e sonhos para trás, agravado por um Estado que limita seu desenvolvimento através de barreiras burocráticas que não estimulam as potencialidades por falta de ofertas, que em resumo invisibiliza a juventude pobre.

Nesse contexto, a psicologia possui um potencial fundamental na construção não só de novas práticas e novas estratégias na socioeducação, como também na atualização dos modelos socioeducativos. Para isso, contudo, precisaria afastar-se de conceitos normativos que constituíram a psicologia e que contribuíram para estigmatizar a população a quem se atribui o cometimento de atos infracionais e que

ainda circula em certos espaços. E, ainda numa sociedade em que retrocessos e discursos reacionários fazem parte do cotidiano, problematizar políticas pautadas nos Direitos Humanos pode parecer uma crítica descabida, mas é necessária a compreensão de que estas legislações internacionais desconsideram muitas vezes a realidade do Brasil e faz-se necessário pensar políticas que considerem os desejos e anseios dessa juventude pobre, nascida na favela e que é precarizada diariamente e vitimizada pela necrobiopolítica.

Creio, ainda, que propor o entendimento desses mecanismos biopolíticos, se questionar e tentar fugir dessas amarras institucionais e discursivas seja uma pequena contribuição dentro de uma ideia de produção científica que possa iniciar uma mudança maior. Nesse sentido, a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica podem ser uma excelente inspiração no desenvolvimento de uma socioeducação enquanto dispositivo, que inverta as lógicas estigmatizantes e proponha uma mudança de consciência social sobre os jovens a quem se atribuem o cometimento de atos infracionais. E que, a partir desse novo dispositivo, se proponha uma ampla reforma no sistema socioeducativo, tal qual foi a reforma psiquiátrica, para se pensar e criar outras formas de atuar nesta área, que se afaste do punitivismo e do controle necrobiopolítico e se aproxime do cruzo na construção de novas histórias na potência dos encontros.

Inverno

Fila do caixa no mercado e ouço uma voz conhecida atrás de mim: “*oi seu!*”. Essa expressão “seu” é característica dos jovens com quem eu trabalho, penso então que só pode ser comigo. Olho para trás e reconheço o irmão de um jovem que eu atendia. O cumprimento e logo pergunto “*o que tu faz por aqui?*”, pois ele mora em outro município e nunca o havia visto perto de casa.

- *Estou trabalhando por aqui numa obra.*

- *Legal! Tudo bem contigo?*

- *Tudo sim!* [e quase adivinhando minha próxima pergunta já completa]: “*Soube do meu irmão?*”

- *Não, ele não apareceu mais lá, como ele tá?*

- *Não soube?* [fala em tom calmo e normal]: *O Kevin foi esquartejado.*

Congelo... Corro os olhos para a atendente do caixa que me olha com os olhos arregalados. Sem graça e surpreso só consigo dizer: *“Sério!?”*

- *Sério, mandaram até vídeo pelo whats.*

Chega a minha vez de passar as compras e ainda meio atônito e embaraçado tento encerrar o assunto: *“aparece no trabalho qualquer dia pra gente conversar”*. [enquanto isso a moça no caixa segue sem olhar no meu rosto, passando minhas compras mais rápido que um foguete: *“pip, pip, pip, pip”*...]

- *Meus pêsames pelo teu irmão...* [e ele completa]: *“Obrigado, mas sabe... Ele era meu irmão e eu amava ele... mas é até bom... Mês passado já tinha tentado me matar...”*

- *Crédito ou débito?* [diz a caixa]. *“Ah... Visa...”* respondo.

- *Então tá seu, bom te ver, seu!*

- *Crédito ou débito, senhor!?* Repete a caixa impaciente, mas ainda olhando o chão.

- *CRÉDITO! Ah, obrigado Wesley...* [Pego as sacolas atrapalhado, suor escorrendo]: *“fica com a nota moça!”*

- *TCHAU SEU!*

E a última cena que vejo é o Wesley acenando pra mim e sorrindo enquanto retira um cigarro no caixa e paga tranquilamente.

- *TCHAU!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Necropolítica e Neoliberalismo**. Caderno CRH, 34. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397> Acesso em: 18 jul. 2023.

BARBOSA, Ana Patricia; RIGON, Nicole Kunze; VALLS, Laura Barcelos de; SCHERER, Giovane Antonio. **Produção dos Territórios Violentados**: a tríade perversa entre Gentrificação, Favelização e Juvenicídio nos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre. In SCHERER, Giovane Antonio (org.). Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: CirKula, 2022.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Violências no Brasil**: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? Psicologia: Ciência e Profissão, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/96W38YYqLGDxxyJ6fHf6yzK/#> Acesso em: 08 set. 2023.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder**: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BISINOTO, Cynthia. *et. al.* **Socioeducação**: Origem, Significado E Implicações Para O Atendimento Socioeducativo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585 out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456> Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Código Penal**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=847&ano=1890&ato=a2a0TPR5EenpWT4f9> Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12594&ano=2012&ato=a78cXQU1kMVpWTbeb> Acesso em: 31 mar. 2024.

CARTA DE BAURU. **Encontro de Bauru**. 30 anos de Luta por uma sociedade sem manicômios. Bauru, 2017. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CAVALCANTE, Clara Oliveira Barreto. **"Humanos indireitos?"**: modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. 2020.193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Fortaleza (CE), 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52221/3/2020_dis_cobcavalcante.pdf Acesso em: 31 mar. 2024.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** Revista de Estudios sobre Juventud, 22(9), 338-55. México, 2005.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos**. In GUARESCHI, Neuza.; SCISLESKI, Andrea. (Orgs.), Juventude, marginalidade social e direitos humanos: Da psicologia às políticas públicas (pp. 181-190). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

CONANDA. **Resolução nº 119 de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/18830> Acesso em: 31 mar. 2024.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude et. al. (Org.) **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_medidas_socioeducativas_2021.pdf Acesso em: 31 mar. 2024.

COSTA, Ana Paula M. **Juvenicídio**: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. Revista Direito E Práxis, 12(4), 2359–2392, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54377> Acesso em: 31 jan. 2024.

COSTA, Luis Artur. et. al. **Escritas de Si**: Por uma Ética da Experimentação Ficcional. Revista Subjetividades. v. 22, n. 1, 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/11970>. Acesso em: 26 jun. 2023.

COSTA, Luis Artur. **Narrar-se para se desgarrar do razoável**: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. Revista Paralelo 31, ed. 15, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/21006>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FAUSTINO, Graciele Oliveira; HÜNING, Simone Maria. **O plano “Juventude Viva” em Alagoas e a naturalização da relação entre juventude e violência**. In SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. (Org.). Juventude, marginalidade e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 1ª edição [1976]. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico** In: FOUCAULT, Michel. O corpo utópico: as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Isadora Dias. **Socioeducação**: uma invenção (de)colonial. Orientadora: Veriana de Fátima Rodrigues Colaço. 167 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55851/3/2020_tese_idgomes.pdf Acesso em: 05 dez 2023.

GROHL, Dave. **O Contador de Histórias**: memórias de vida e música. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas**: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, 31(1), 25–49. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078/5454> Acesso em: 31 mar. 2023.

HADLER, Oriana Holsbach. **Nas Trilhas de João e Maria**: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo. Pelotas: Editora Textos, 2010.

HADLER, Oriana Holsbach; GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea. **Observâncias**: Sobre psicologia, políticas de segurança e juventude. *In*: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. (Org.). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. (p. 55-74). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HOOKS, bell. **Ensinando Pensamento Crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. **Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção**. *Estud. pesqui. psicol.* v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2023.

MANTALOF, David Petar da Conceição; LANDIM, Maria Fernanda; SILVA, Joice Lopes da; PERONDI, Maurício. **Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil**: sociedade civil, políticas públicas e respostas coletivas. *In* SCHERER, Giovane Antonio (org.). *Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: CirKula, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO NETO, Carlos Roberto Cals de. **Por uma Hermenêutica Restaurativa**: sistema socioeducativo, lacunas normativas e crise de interpretação do ECA. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41934/1/2019_dis_crcmeloneto.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

PAIVA, Ilana Lemos de.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. **Juventude, violência e políticas sociais**: Da criminalização à efetivação de direitos humanos. *In* SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PAIVA, Ilana Lemos de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor"**. *Estudos De Psicologia (natal)*, 15(2), 153–160. mai./ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000200004>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RANIERE, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PPG em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura Souza de. **O fim do império cognitivo**: A afirmação das epistemologias do Sul. São Paulo: Autêntica, 2021.

SARZOTTI, Claudio. **Foucault e o Saber Sobre a Resistência**. (Trad. Andrea Scisleski). *In* SCISLESKI, Andrea.; GUARESCHI, Neuza. (Orgs.). Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas. (p. 7-14) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SAÚDE MENTAL, II Congresso Nacional de Trabalhadores em. **Manifesto de Bauru (1987)**. *In* SURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19775>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SCHERER, Giovane Antonio. **Criminalização da Pobreza e Juvenicídio**: a violência do Estado Penal em uma conjuntura de (des)proteção social. *In* SCHERER, Giovane Antonio (org.). Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SCHERER, Giovane Antonio. **Notas Introdutórias**: o juvenicídio para além das “sombras”. *In* SCHERER, Giovane Antonio (org.). Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SCHERER, Giovane Antonio. **Territórios Violentados e Vidas Descartáveis**: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, PR, Brasil., v. 18, n. 2, p. 251–265, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SCHERER, Giovane Antonio; GERSHENSON, Beatriz. **Uma Promessa Civilizatória Perversa**: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. *Textos & Contextos*, v. 15, n. 1, pp.160-170, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24230/14636> Acesso em: 31 mar. 2024.

SCISLESKI, Andrea. **Patologia e exclusão**: As relações entre a saúde e a justiça no atendimento de jovens em conflito com a lei. *In*: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza; REIS, Carolina Dos.; DHEIN, Gisele; AZAMBUJA, Marcos Adegas de. (Orgs.). *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde*. v. 1, p. 289-298. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SCISLESKI, Andrea.; CAETANO, Carla Lavarda Concentino.; GALEANO, Giovana Barbieri. **Pensando as (im)políticas para juventudes e os (in)direitos (des)humanos**. *In*: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. (Orgs.), *Juventude, marginalidade social e Direitos Humanos: da psicologia às Políticas Públicas* (pp. 176-195). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

SCISLESKI, Andrea.; GUARESCHI, Neuza. **Governando a Vida**: (pro)vocações para a psicologia. *In*: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza; REIS, Carolina Dos.; DHEIN, Gisele; AZAMBUJA, Marcos Adegas de. (Org.). *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde*. v. 1, p. 167-183. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SEIMETZ, Gisele Ribeiro; BRAGAGNOLO, Cristina Bettio. **“Não tem recursos pra juventude”**: Precarização, Fragmentação e Ausência de Políticas Públicas. *In*

SCHERER, Giovane Antonio (org.). Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no Mato**: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SPOSATO, Karyna Batista. **Direito Penal de Adolescentes**: Elementos para uma teoria garantista. São Paulo: Saraiva, 2013.

VALENZUELA ARCE, José Manuel. **Trazos de Sangre y Fuego**: Bio-Necropolítica y Juvenicidio En América Latina. Universidad de Guadalajara, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv2f9xsg1> Acesso em: 31 mar. 2024.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2016**: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça/FLACSO, 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf Acesso em: 12 mar. 2023